

PROACT

Unidade de Investigação e Apoio Técnico ao Desenvolvimento Local,
À Valorização do Ambiente e à Luta contra a Exclusão Social



ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO DO VOLUNTARIADO EM PORTUGAL

TRABALHO PARA O CONSELHO NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DO VOLUNTARIADO

Equipa da PROACT:

Gisela Rovisco Romão
Vânia Gaspar
Teresa Pinto Correia
Rogério Roque Amaro (Coordenação)

Janeiro de 2012

Edifício I.S.C.T.E. - Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal
Telef. 21 790 32 73 e Fax Nº 21 790 3 0 08
ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS
Contribuinte Nº 504019813

ÍNDICE

1. Introdução	2
2. Algumas reflexões sobre os conceitos de referência	3
3. Nota metodológica	6
4. Elementos de caracterização do Voluntariado em Portugal e das organizações que o enquadram (análise comparativa de alguns estudos anteriores)	8
4.1 Uma caracterização geral, em termos comparativos a nível europeu	8
4.2 Caracterização das organizações de enquadramento do trabalho voluntário	10
4.3 Principais características e perfis dos Voluntários em Portugal	18
4.4 Análise de algumas situações organizacionais	24
4.5 Alguns exemplos territoriais	34
5. Caracterização actual do Voluntariados em Portugal e das Organizações de enquadramento	37
6. Notas e reflexões finais	47
BIBLIOGRAFIA	55

1. Introdução

A realização do Estudo de Caracterização do Voluntariado em Portugal, por solicitação do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, teve em vista os seguintes objectivos estratégicos específicos:

- a) Caracterizar o Voluntariado actualmente existente em Portugal, actualizando a caracterização que foi efectuada em 2001, pretendendo-se, mais especificamente:
 - a.1. estimar o número total de voluntários existentes em Portugal, de acordo com um conceito de “trabalho voluntário”, que seja compatível com as definições de referência na União Europeia, nomeadamente quanto à sua delimitação como pessoas enquadradas institucionalmente (excluindo pois os “voluntários” espontâneos e informais ou que agem de maneira individual);
 - a.2. caracterizar e tipificar perfis mais frequentes dos voluntários portugueses, no que se refere nomeadamente às idades, sexo, habilitações académicas, condições perante o trabalho, motivações, áreas de intervenção, experiências de trabalho voluntário, enquadramento organizacional e a acções de formação frequentadas, relevantes para o seu trabalho voluntário;
 - a.3. identificar as suas representações face ao trabalho voluntário que realizam;
 - a.4. caracterizar as representações que, sobre os Voluntários, tem a população em geral.

- b) Caracterizar as organizações que enquadram actualmente o trabalho voluntário em Portugal, nomeadamente quanto às suas áreas de intervenção, ao seu percurso organizacional, ao tipo de recursos humanos mobilizados, às formações organizadas, à articulação entre voluntários e profissionais e aos programas que concorrem.

O relatório apresentado que agora se apresenta centra-se nos resultados alcançados com as diligências realizadas como previsto na metodologia deste estudo (cf. ponto 3.).

São assim contemplados seis pontos, sendo o primeiro esta Introdução.

No segundo, apresentam-se algumas reflexões sobre os conceitos de “voluntariado” e “trabalho voluntário”, tendo em conta que essa é a base de referência para o estudo realizado e que subsistem algumas polémicas e ambiguidades que os mesmos suscitam.

No terceiro, dá-se conta dos métodos e técnicas adoptadas para a realização do estudo, tendo em conta o que estava previsto na proposta e o que a sua concretização obrigou a reformular, adaptar e corrigir.

O quarto apresenta uma análise dos vários dados e estudos disponíveis sobre os voluntários em Portugal (incluindo uma comparação internacional) e as organizações que os enquadram, desde 2001 até à actualidade, permitindo apresentar uma evolução das estimativas consultadas e uma caracterização e tipificação do(a) “voluntário(a)” e destas organizações, em termos gerais e nalguns sectores e zonas geográficas, a título ilustrativo.

No quinto, são apresentados os dados de caracterização dos Voluntários, recolhidos, diretamente, junto das organizações promotoras de trabalho Voluntário.

Finalmente, no último ponto, são apresentadas algumas reflexões e notas conclusivas, com vista a abrir novos caminhos de investigação e a suscitar novas interrogações e reflexões.

2. Algumas reflexões sobre os conceitos de referência

O voluntariado é um fenómeno com definições diferenciadas considerando os diferentes contextos sociais e culturais. Encontramos espelhados, no entanto, alguns pressupostos comuns na legislação dos países, entendidos como elementos/componentes importantes para se ser voluntário.

A definição de voluntariado utilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), é bastante ampla, e procura enquadrar as características da acção voluntária no mundo, valorizando a diversidade das áreas mais tradicionais em que ocorre – desporto, actividades de lazer, educação, sector social, assistência aos mais idosos – até à

participação em catástrofes de grandes dimensões, mobilizadoras da solidariedade social a nível global (ONU, 1990).

A amplitude desta definição, levanta a necessidade de distinguir os seguintes termos e conceitos: acção voluntária, organização voluntária, sector voluntário, voluntarismo e voluntariado, tendo por base três pressupostos de referência:

- o voluntariado não é sinónimo de cada um desses termos;
- cada um deles remete para níveis de generalidade distintos, desde a acção voluntária, o mais amplo, até ao voluntarismo, o de alcance mais curto, pelo que cada um dos níveis imediatamente posteriores resulta numa especificação do nível de abstracção anterior;
- o voluntariado é o último elo da cadeia, a forma mais específica de todos os termos referidos, resultando da articulação concreta de elementos de todos os níveis anteriores.

Voluntariado e acção voluntária

Por acção voluntária pode entender-se toda e qualquer acção socialmente percebida como independente de imposição exterior, sendo levada a cabo de acordo com a vontade de cada agente social. Uma vontade não individualista, desenquadrada da sociedade, mas antes uma acção voluntária com visibilidade e repercussões sociais, resumidas no conceito de gratuidade, com um sentido de acção e que produz um conjunto de benefícios para terceiros (humanos, animais, ambientais, património, etc).

Este conceito de gratuidade traz consigo o conceito de retribuição numa vertente não económica, mas sim, cultural (composta por um conjunto de competências, certificados, reconhecimento de bens culturais), relacional (conjunto de interconhecimentos e de “contactos”), política (promoções e atribuições de cargos políticos) ou outras que se possam obter pelo exercício de uma determinada prática social.

Voluntariado e organização voluntária e sector voluntário

O voluntariado integrado em organizações é uma realidade relativamente recente, porém, de grande preponderância na sociedade actual. No entanto, independentemente de ser organizado ou não, o voluntariado define-se por ser uma relação que se estabelece no interior das organizações (Roca, 1994, p.164), sendo que uma organização voluntária define-se por: ser uma organização formal; ser juridicamente independente

do governo; ser realmente autogovernada; não levar a cabo a distribuição de potenciais lucros; não estar orientada para a obtenção de lucro e, ter uma componente de voluntarismo (Kendall & Knapp, in CF. Smith et al, 1995).

Voluntariado e voluntarismo

Segundo Jeremy Kendall e Martin Knapp, o voluntarismo remete para uma gratuidade sim, mas que pode assumir dois conteúdos fundamentais: a cedência de um conjunto de bens, com destaque para os recursos financeiros, por um lado, e a cedência de força de trabalho entendida de forma abstracta por outro.

Parece importante preservar essa distinção e reservar para a primeira modalidade de gratuidade o nome de filantropia, e para a segunda o termo de voluntariado.

Na tentativa de melhor compreender/conhecer este conceito, ajustado à realidade portuguesa, recorreu-se à definição legal de voluntariado que, fundamentalmente, descreve os seguintes pontos da Lei 71/98 de 3 de Novembro:

“... conjunto de acções de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidas sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.” (Artº 2º - 1)

“Não são abrangidas pela presente lei as actuações que, embora desinteressadas, tenham um carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança” (Artº 2º - 2)

“O voluntário é o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no uso do seu tempo livre, a realizar acções de voluntariado no âmbito de uma organização promotora” (Artº 3º - 1)

Esta definição legal, de carácter mais formal, prevê assim, a existência de determinados requisitos, de direitos e deveres do voluntário, bem como, da existência de um programa de voluntariado entre a organização e o voluntário, um género de contrato que regula a relação entre as partes.

Neste enquadramento legal, tanto o contexto como a forma como decorre o voluntariado apresentam-se claros, revelando-se, do ponto de vista mais operacional, delimitada e restrita. No estudo nacional do voluntariado de 2002 (ICS, UNL, 2002), este conceito é apresentado integrando a definição legal supra referida, mais restrita, e a definição mais abrangente, das Nações Unidas, resultando na seguinte definição de voluntariado:

“Actividade de interesse social e comunitário, não remunerado mas que pode ser objecto de alguma recompensa material, exercida no seio de uma organização mas não necessariamente abrangida por um programa” (p. 18)

Esta definição permite identificar o voluntariado organizado formalmente, mesmo sem existir um programa a ele associado, abarcando também outros contextos e áreas de actividade onde ocorre voluntariado (como por exemplo, voluntariado hospitalar).

Assim, por voluntariado pode entender-se a disponibilização, em regime pessoal e/ou socialmente percebido, decorrente de um acto de vontade própria e gratuito, de força de trabalho, definida em termos de disponibilidade de tempo e energia física e/ou intelectual, a favor de terceiros, devendo estar enquadrado organizacionalmente.

Neste resumo estão presentes alguns dos elementos considerados fundamentais nas definições mais divulgadas de voluntariado:

- vontade própria (acção voluntária);
- gratuidade de princípio;
- benefício de terceiros (ao serviço da comunidade, de outras pessoas ou de grupos);
- integração numa organização (Amaro et al, 2002).

3. Nota metodológica

Para realizar este estudo, e tendo em conta os seus objectivos estratégicos e específicos, optou-se pela utilização de uma metodologia mista, conjugando métodos mais quantitativos (relativos, por exemplo, à análise estatística e de estudos quantitativos

empreendidos anteriormente por outras organizações e equipas bem como à realização de um inquérito por questionário), com outros mais qualitativos (utilizando técnicas de análise documental, entrevistas semi-directivas, painel de especialistas e estudos de caso).

Nessa perspectiva, procedeu-se metodologicamente como discriminado a seguir.

Começou-se por analisar em profundidade os estudos, estimativas e análises mais importantes realizadas desde 2001 até à actualidade sobre o tema do voluntariado/"trabalho voluntário" em Portugal, contemplando quer perspectivas globais (a nível nacional e com comparações internacionais), mas também outras mais sectoriais e territoriais, de forma a dispor de dados quantitativos, evolutivos e comparativos sobre os voluntários em Portugal, bem como de elementos de caracterização e de tipificação do seu perfil.

Essa análise documental e estatística permitiu ainda ilustrar algumas situações específicas a nível organizacional e territorial.

De seguida, contactaram-se as principais redes que integram organizações de Economia Social e Solidária (nomeadamente Federações, Confederações e Uniões), as quais enquadram, potencialmente, trabalho voluntário, com vista à sua auscultação sobre estimativas de recurso a este tipo de colaboradores, no âmbito das suas organizações associadas. Tal revelou que, na maior parte dos casos, não existem informações sistematizadas neste domínio, mas também possibilitou dispor, nalguns casos (minoritários), de dados de recolha directa.

Tendo estas organizações como ponto de partida, procedeu-se, de seguida, ao envio, por e-mail, de um pequeno inquérito por questionário (só incidindo sobre o número de voluntários na Direcção, no trabalho regular e no trabalho esporádico, as suas idades e sexo) a **todas as organizações** e aos Bancos Locais de Voluntariado, para captação tendencial do universo do trabalho voluntário em Portugal, o que permite, mesmo que sem as respostas todas, uma estimativa, por proporção, do número global.

A partir deste inquérito geral, foi seleccionada uma amostra representativa, construída de forma mista, primeiro, respeitando quotas por tipo de organizações, áreas de actividades e zonas geográficas e depois, utilizando-se estes critérios, escolheram-se, de forma aleatória, as entidades às quais foi enviado um outro inquérito, mais

pormenorizado e comparativo com o estudo realizado pelo ICS em 2001, com vista a uma caracterização, em profundidade, das organizações e dos voluntários que nelas colaboram.

Complementarmente, foram utilizadas outras estratégias, nomeadamente, estudos de caso e grupo focal, para permitir esclarecer e ilustrar algumas questões mais particulares e enunciar alguns perfis mais específicos.

Com o tempo disponível (menos de metade dos oito meses inicialmente previstos), não foi possível concretizar outras abordagens que permitiriam um maior aprofundamento.

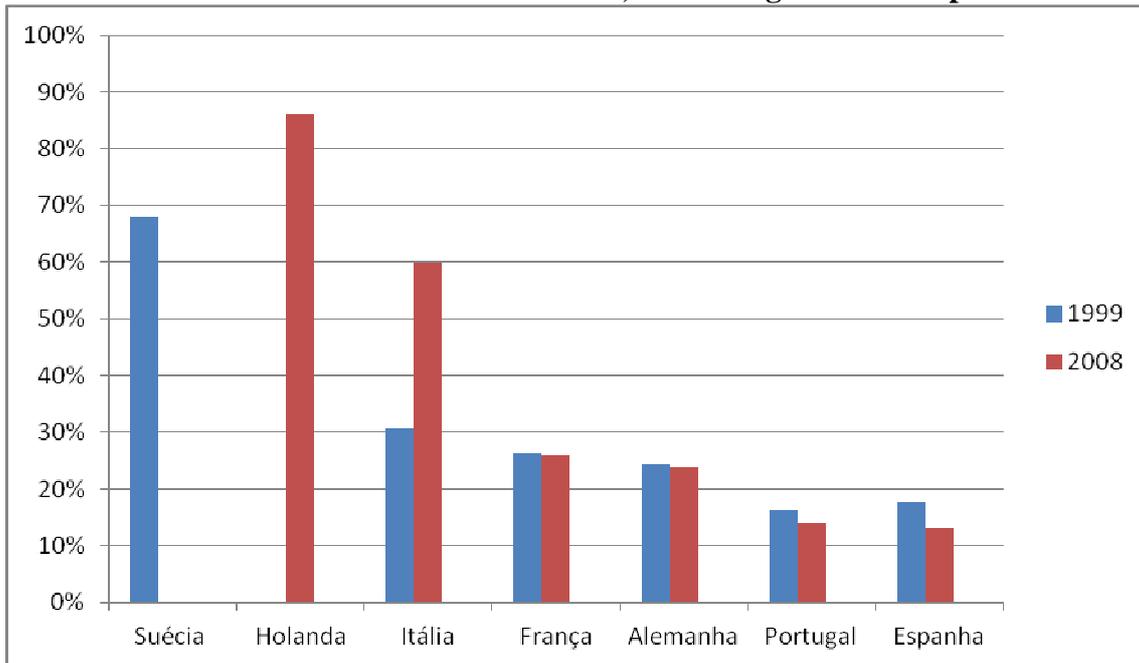
Contudo, a utilização dos passos referidos e de alguns métodos indirectos (como regressões) permitiu garantir uma base suficientemente segura e fundamentada para chegar a resultados credíveis, embora não tão alargados quanto se desejaria. Razão pela qual, como se verá, algumas reflexões e conclusões estão relativizadas e necessitam de posteriores aprofundamentos e ratificações.

4. Elementos de Caracterização do Voluntariado em Portugal e das Organizações que o enquadram (análise comparativa de alguns estudos anteriores)

4.1 – Uma caracterização geral, em termos comparativos a nível europeu

Tem ficado patente, em diversos estudos que abordam a temática do voluntariado em Portugal, que o nosso país se caracteriza por ter uma das taxas de voluntariado mais baixas em toda a Europa. Já em 2002, a autora Ana Delicado, tinha feito referência ao facto de, entre 1990 e 1999, ter existido uma diminuição desta taxa (de 19% para 16%) em Portugal. Esta tendência decrescente manteve-se e, pelos dados recolhidos pelo European Value Survey, em 2008, a taxa de voluntariado em Portugal situava-se nos 14%.

Gráfico 1 - Taxa de Voluntariado, em Portugal e na Europa



Fonte: European Value Survey 1999 e 2008

De forma a melhor interpretar estes resultados, pesquisou-se sobre as razões que poderão estar relacionadas com uma baixa taxa de voluntariado, sendo que alguns autores salientam como factores explicativos para este fenómeno:

- Condições políticas, sociais e económicas de Portugal, como país semi-periférico, chegado tardiamente à democracia parlamentar e à construção de um Estado-Providência (Amaro, 2002);
- Factores socio-demográficos que se prendem com baixas habilitações literárias da população portuguesa e diminuta proporção das classes média e média-alta, que condiciona a participação num voluntariado pós-industrial, de base organizacional, qualificado e laico, com novas áreas de motivação (ambiental, empresarial, cultural, etc.) (Amaro, 2002);
- Uma participação cívica ainda incipiente (Delicado et al., 2002);
- As características do mercado laboral português (Barreto, 2000), que se pautam por uma elevada taxa de emprego feminino, na maioria com horários de trabalho a tempo completo;
- O peso da socialização familiar na adopção de práticas de voluntariado, o que conduz a que a mudança entre gerações seja ténue (Wuthnow, 1991, *cit. In* Delicado et al., 2002).

Contudo, como se verá adiante, os elementos recolhidos neste estudo apontam para uma taxa de Voluntariado que, em 2011, deve estar próxima de 20%.

4.2 – Caracterização das organizações de enquadramento do trabalho voluntário

De acordo com os dados do INE de 2006 (no âmbito da nova Conta Satélite das Instituições sem fins lucrativos), existiam 45 543 instituições sem fins lucrativos. No quadro que segue, é visível a distribuição do número de instituições por áreas de actividade:

Quadro 1 – Tipo de Instituições sem fins lucrativos, por actividades, em Portugal (2006)

Sectores de actividade	Nº de instituições	Nº de postos remunerados
Cultura e Recreio	22 897	16 566
Educação e Investigação	2 057	25 719
Saúde	636	17 731
Serviços Sociais	6 255	103 012
Ambiente	773	615
Desenvolvimento e Habitação	1 785	5 156
Lei, Direitos e Política	433	1 272
Filantropia e Promoção do Voluntariado	95	717
Actividades Internacionais	285	853
Religião	7 102	8 767
Assoc. Patronais, Profissionais e Sindicatos	2 189	10 114
Não Especificado	1 036	3 685
Total das Instituições sem fins lucrativos	45 543	194 207

Fonte: INE, Conta Satélite das Instituições Sem Fins Lucrativos

Das 45 543 instituições sem fins lucrativos, destacam-se as actividades na área da cultura e recreio, representando 50%. As instituições religiosas e os serviços sociais também apresentam percentagens significativas no universo deste tipo de instituições, 15,6% e 13,7% respectivamente. Este quadro elucida-nos ainda quanto às áreas com menor representatividade, destacando-se o ambiente (1,7%), a saúde (1,4%), lei, direitos e política (1,0%), actividades internacionais (0,6%), filantropia e promoção do voluntariado (0,2%).

Na última coluna do quadro pode analisar-se este sector em termos do emprego (nº de postos remunerados), sendo que, em 2006, este sector contava com 194 207 postos de trabalho remunerados. Verifica-se que mais de 50% dos postos remunerados concentram-se nos serviços sociais. Seguem-se a educação e investigação (13,2%), a saúde (9,1%) e a cultura e recreio (8,5%).

No relatório do CEV (Centre Européen du Volontariat) de 2008 (Volunteering in Portugal – Facts and Figures), é referido, que no final do ano de 2007, existiam 4 734 organizações do Terceiro Sector com trabalho voluntário em Portugal, distribuídas pelas seguintes categorias ou tipos:

Quadro 2 – Tipo de Instituições sem fins lucrativos com trabalho voluntário, em Portugal (2007)

Categoria/Tipo de instituição	Nº de instituições
Associações de Solidariedade Social	2 795
Fundações, Centros Paroquiais e outras organizações religiosas	1 561
Santas Casas da Misericórdia	352
Unões, Federações e Confederações	26
Total	4 734

Fonte: CEV (2008), Volunteering in Portugal – Facts and Figures

Relativamente a este universo, de acordo com a base de dados do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV), em 2007, encontravam-se inscritas 1 101 instituições com registo de trabalho voluntário.

O quadro que segue, constante do mesmo relatório, indica número de instituições que integrava aquela base de dados, na data referida, por distrito, incluindo as regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Quadro 3 – Número de Instituições com trabalho voluntário, em Portugal constantes na base de dados do CNPV (2007)

Distritos e Regiões Autónomas	Nº de instituições
Açores	8
Aveiro	104
Beja	4
Braga	24
Bragança	22
Castelo Branco	36
Coimbra	79
Évora	50
Faro	23
Guarda	39
Leiria	45
Lisboa	298
Madeira	4
Porto	138
Portalegre	24
Santarém	44
Setúbal	63
Viana do Castelo	22
Vila Real	16
Viseu	58
Total	1 101

Fonte: CEV (2008), Volunteering in Portugal – Facts and Figures

É de destacar que o distrito de Lisboa apresenta o maior número de instituições inscritas (298), seguido do Porto (138) e de Aveiro (104). Os distritos que revelaram um número significativamente reduzido de organizações inscritas eram Beja (4), a Região Autónoma da Madeira (4) e a Região Autónoma dos Açores (8).

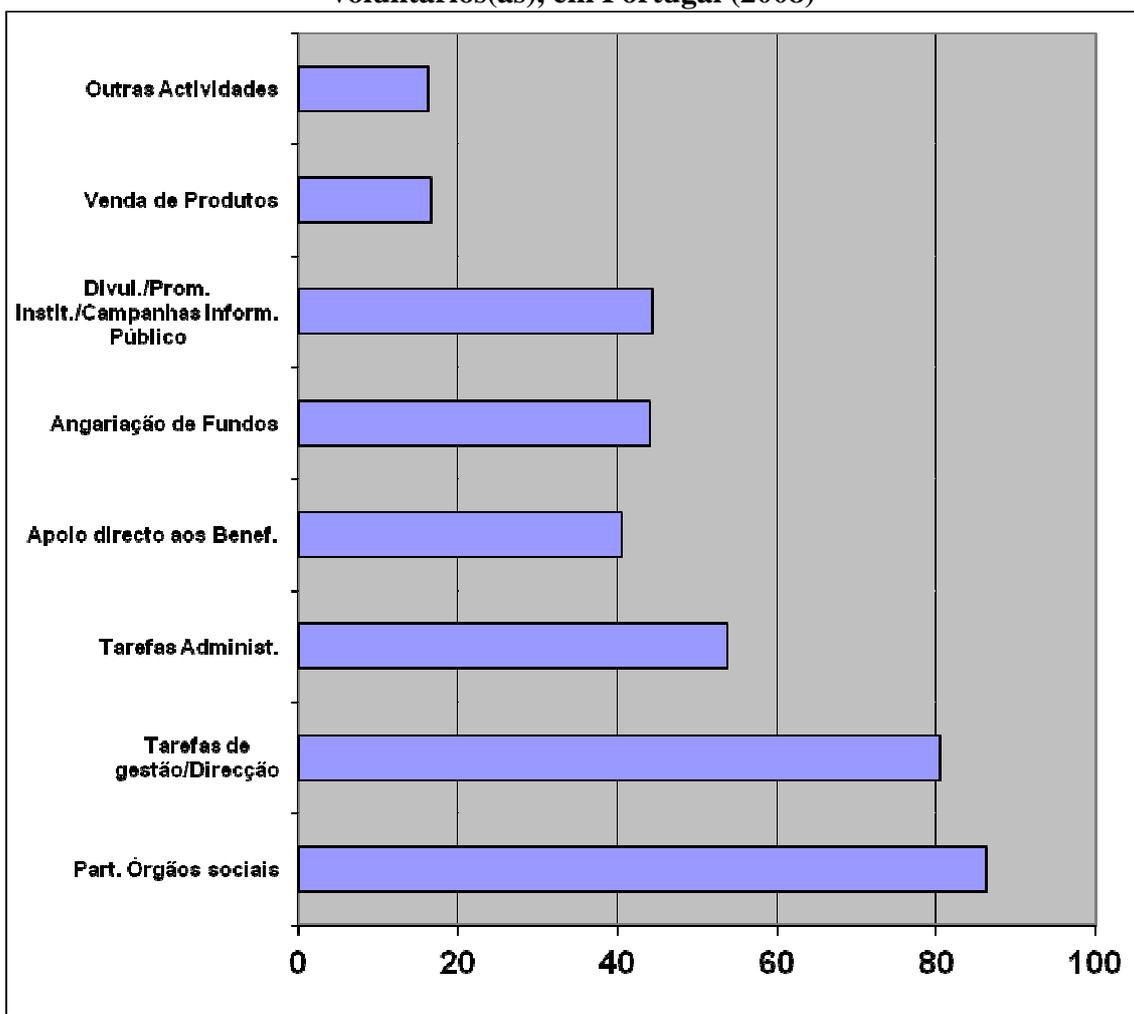
Registe-se, no entanto, que estes dados de inscrição induzem em erro, visto que não contemplam a totalidade das organizações que promovem o voluntariado. A título de exemplo, refira-se que actualmente (2012), existem, na Região Autónoma da Madeira, 55 organizações que integram trabalho voluntário.

Outro documento que apresenta dados sobre as instituições que acolheram voluntários é o Estudo sobre o Voluntariado, realizado pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional (2008), o qual refere que 70% das 8 453 instituições inquiridas acolheram voluntários em 2005, destacando-se, ainda, que nas Organizações de Escuteiros e na Cáritas, essa percentagem chegou aos 100%. No entanto, 74,5% das Cooperativas credenciadas e 55,2% das não credenciadas, não receberam voluntários no mesmo período.

A grande maioria das instituições inquiridas em diversos trabalhos agrupados e analisados para o presente estudo, revela ter voluntários a desempenhar tarefas de direcção e gestão da organização.

Assim, e de acordo com os resultados obtidos no Estudo sobre o Voluntariado do OEFP (2008), mais de 80% das instituições inquiridas afirmaram ter voluntários a participar nos órgãos sociais e a desempenhar tarefas de gestão/Direcção. Apenas 16% referiram ter voluntários a vender produtos ou desempenhar outras actividades e cerca de 40,6% das instituições informaram que o apoio directo aos beneficiários é desenvolvido por voluntários (cf. Gráfico 2.).

Gráfico 2 - Percentagem de instituições com actividades desenvolvidas por voluntários(as), em Portugal (2008)



Fonte: OEFP, Estudo sobre o Voluntariado (2008)

Das instituições consideradas no estudo já referido, existem cerca de 360 mil voluntários, 225 mil dos quais pertencem aos respectivos órgãos sociais, ou colaboram regularmente com a instituição, e 136 mil voluntários(as) que, ocasionalmente, participam nas actividades. Salienta-se que é o género masculino que predomina nos voluntários dos órgãos sociais e regulares, enquanto que nos ocasionais, a presença feminina é superior à masculina (cf. Quadro 4.).

Considerando o número de voluntários(as) deste tipo de voluntariado, por tipo de instituição, destacam-se as Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, as IPSS e os Bombeiros, com maior proporção nos órgãos sociais e na participação regular. Relativamente aos voluntários ocasionais, são as associações inscritas no IPJ e as IPSS que se destacam (cf. Quadro 4.).

Quadro 4 - Número de Voluntários em Portugal, por tipo de Instituição (2008)

	Voluntários Órgãos Sociais + Voluntários Regulares			Voluntários Ocasionais		
	H	M	T	H	M	T
ADS	935	785	1 720	405	669	1 074
APPACDM	195	128	323	53	137	190
CERCIS	176	249	426	86	264	350
CN Escuteiros	7 460	4 420	11 880	193	93	287
ONGD	4 084	15 818	19 902	633	1 093	1 726
ADL	225	255	481	47	86	132
Fundações	546	678	1 223	158	201	359
Mutualidades	377	78	455	-	-	-
CCCRD	38 017	18 605	56 622	10 186	8 548	18 734
Bombeiros	31 344	5 742	37 086	1 264	379	1 644
Misericórdias	3 822	1 970	5 792	223	559	782
IPSS	27 991	19 519	47 511	23 056	28 989	52 044
CSP	4 894	4 456	9 350	1 339	1 961	3 300
IPJ	12 089	9 754	21 843	21 202	32 466	53 668
Coop. Credenciadas	1 788	333	2 121	-	-	-
Coop. Não Cred.	6 161	1 205	7 366	-	-	-
Cáritas	229	324	553	580	1 045	1 625
Total	140 333	84 319	224 652	59 425	76 490	135 915

Fonte: OEFP, Estudo sobre o Voluntariado (2008)

Nota:

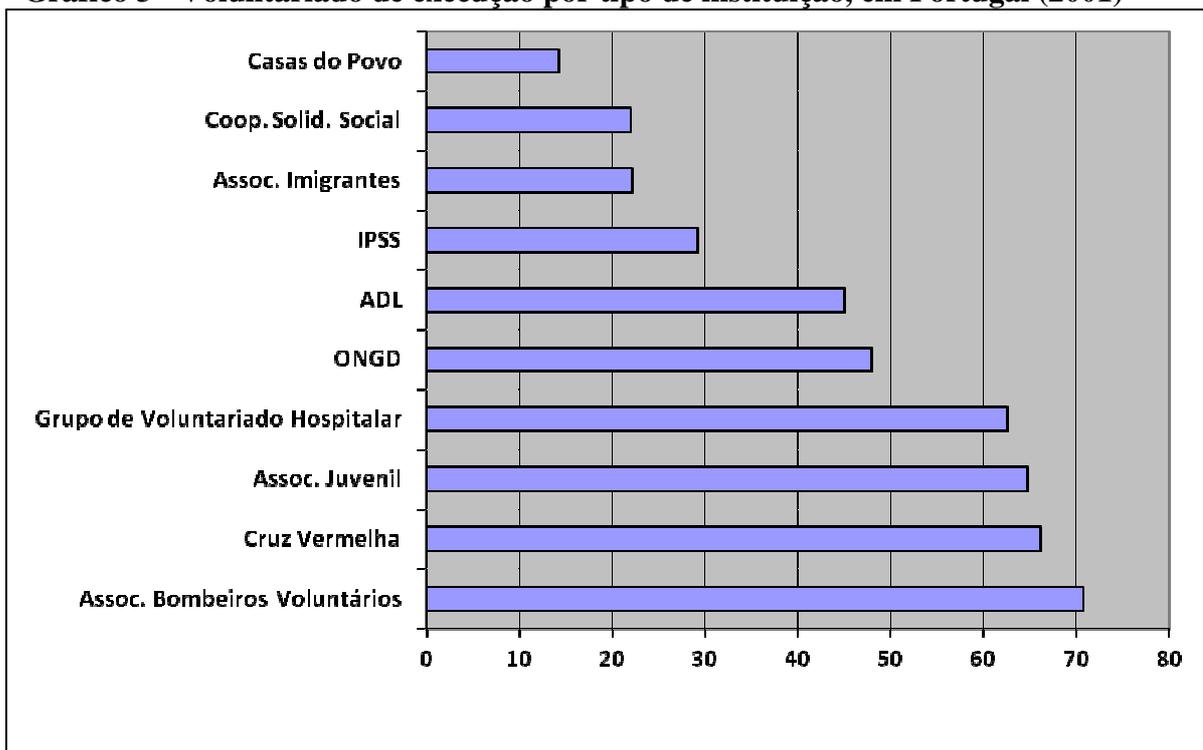
- ADS – Associações de Dadores de Sangue
- APPACDM – Associações Portuguesas de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
- CERCIS – Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas
- CN Escuteiros – Associações do Centro Nacional de Escutas
- ONGD – Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento
- ADL – Associações de Desenvolvimento Local
- CCCRD – Associações filiadas na Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto
- IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
- CSP – Centros Sociais Paroquiais
- IPJ – Associações Juvenis, registadas no Instituto Português da Juventude

Relativamente à existência de outros tipos de voluntariado, direccionado para a execução ou de actividades não diretivas, as taxas variam de acordo com o tipo de instituição.

Assim, segundo os dados do ICS-UL, de 2001 (Delicado et al., 2002), as instituições que acolheram mais voluntários para execução da sua atividade específica são as

Associações de Bombeiros Voluntários (70,7%), os Núcleos da Cruz Vermelha (66%), as Associações Juvenis (65%) e os Grupos de Voluntariado Hospitalar (69%), registando-se um menor número deste tipo de voluntários(as) nas IPSS (29%), nas Associações de Imigrantes (22,2%), nas Cooperativas de Solidariedade Social (22%) e nas Casas do Povo (14,2%) (cf. Gráfico 3.).

Gráfico 3 - Voluntariado de execução por tipo de instituição, em Portugal (2001)



Fonte: Inquérito de Caracterização do Voluntariado, Delicado et al. (2002),

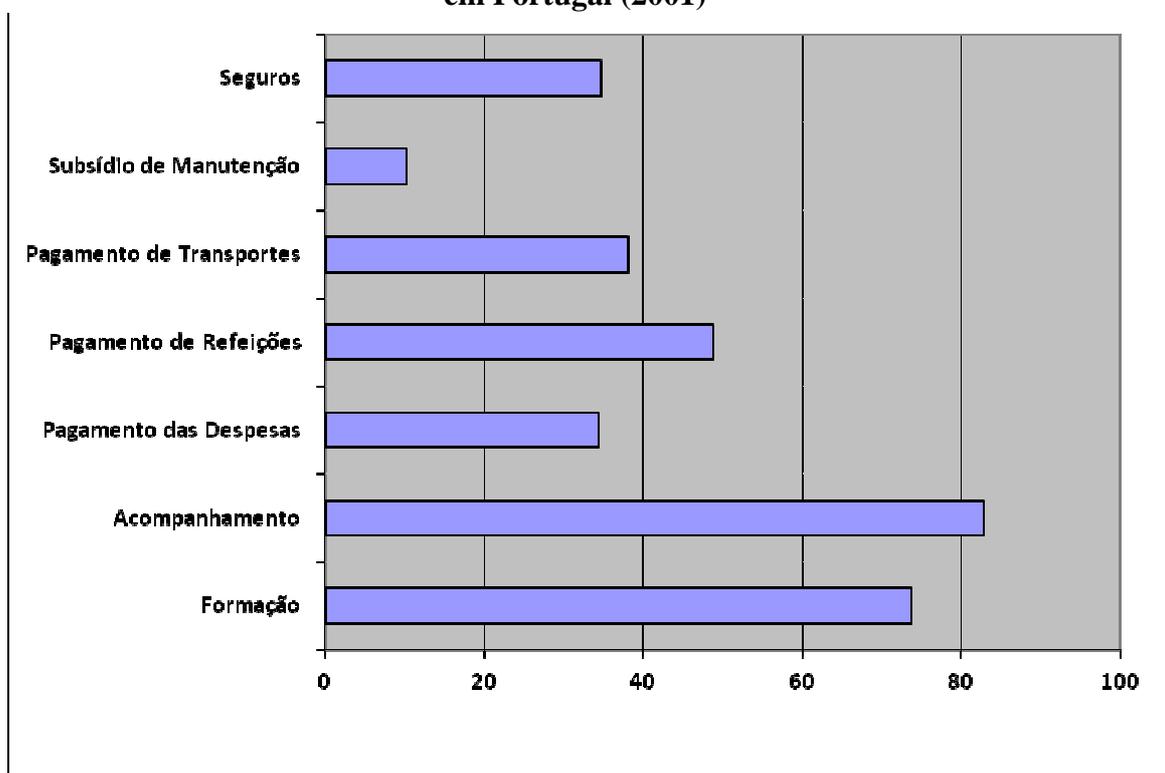
O mesmo estudo assinala que o orçamento anual disponível e as respetivas fontes de financiamento deste núcleo de instituições que acolhe voluntários, influenciam o recurso ao voluntariado, sendo as instituições com menor orçamento e menor apoio público, as que mais frequentemente acolhem voluntários.

O inquérito relativo aos motivos existentes para não acolher voluntários revela que a maioria das instituições refere a inexistência de voluntários(as) disponíveis, havendo, ainda, uma percentagem significativa que assinalou o descontentamento relativo ao desempenho dos voluntários.

Por outro lado, os(as) Voluntários(as) têm outras razões explicativas quanto à sua indisponibilidade para a actividade voluntária, nomeadamente, o não reembolso de despesas de transporte e alimentação necessárias à prática do voluntariado, bem como, o não pagamento de seguro, por parte das instituições.

Como sinal positivo, registre-se, a percentagem de instituições que oferece formação e acompanhamento aos(às) seus(suas) voluntários(as) (73,7% e 82,8% respectivamente) (cf. Gráfico 4.).

Gráfico 4 - Percentagem de instituições que proporcionam formação, acompanhamento, pagamento de despesas e seguros aos voluntários, em Portugal (2001)



Fonte: Inquérito de Caracterização do Voluntariado, Delicado et al.(2002).

4.3 – Principais características e perfis dos Voluntários em Portugal

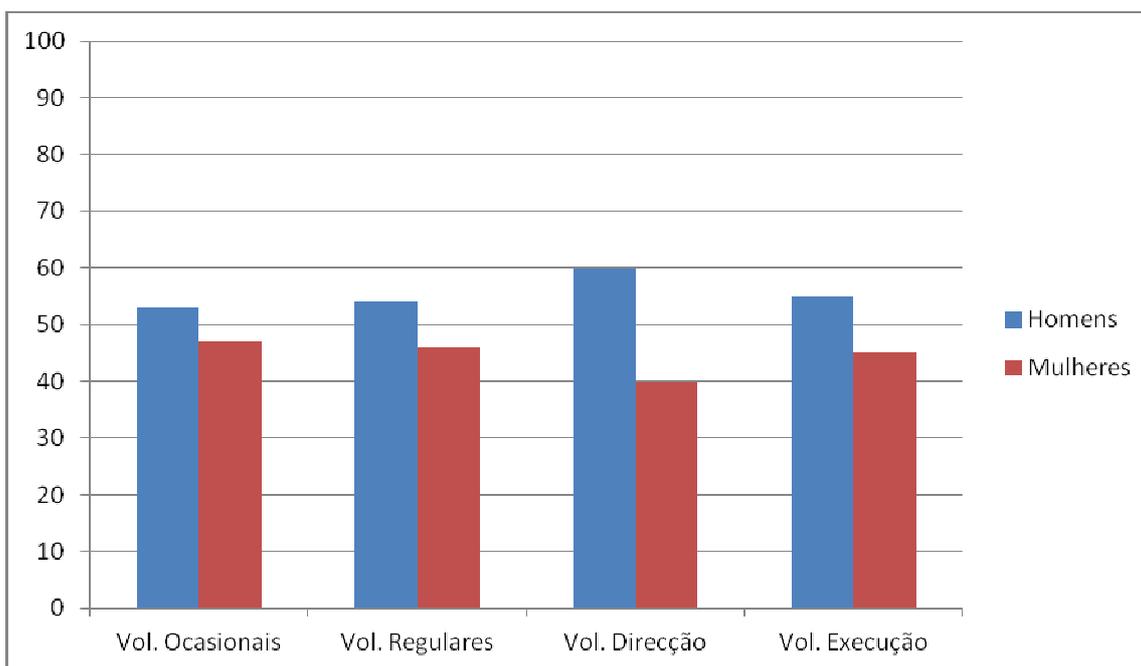
Importa conhecer e compreender quem são estes voluntários, qual a sua distribuição por sexo e por idade, identificando as suas habilitações literárias e a sua profissão, ou seja, realizar a caracterização socio-demográfico dos voluntários, a partir da comparação dos estudos realizados no passado, em primeiro lugar.

- **Distribuição por Sexo**

Quanto a esta dimensão, é importante começar por distinguir os(as) Voluntários(as) que exercem, predominantemente, funções de direcção, e os que, essencialmente, realizam tarefas de execução. Quanto a estes últimos, é fundamental fazer a distinção entre voluntários(as) ocasionais (que fazem voluntariado pelo menos uma vez por ano) e voluntários(as) regulares (que praticam voluntariado com regularidade pelo menos mensalmente).

O quadro seguinte caracteriza o perfil destes tipos de Voluntários, verificando-se que cerca de 60% dos Voluntários de direcção são homens, baixando essa percentagem para 55% no caso dos de execução. Quanto à diferença de género entre os(as) voluntários(as) ocasionais e regulares, não se verificavam diferenças significativas.

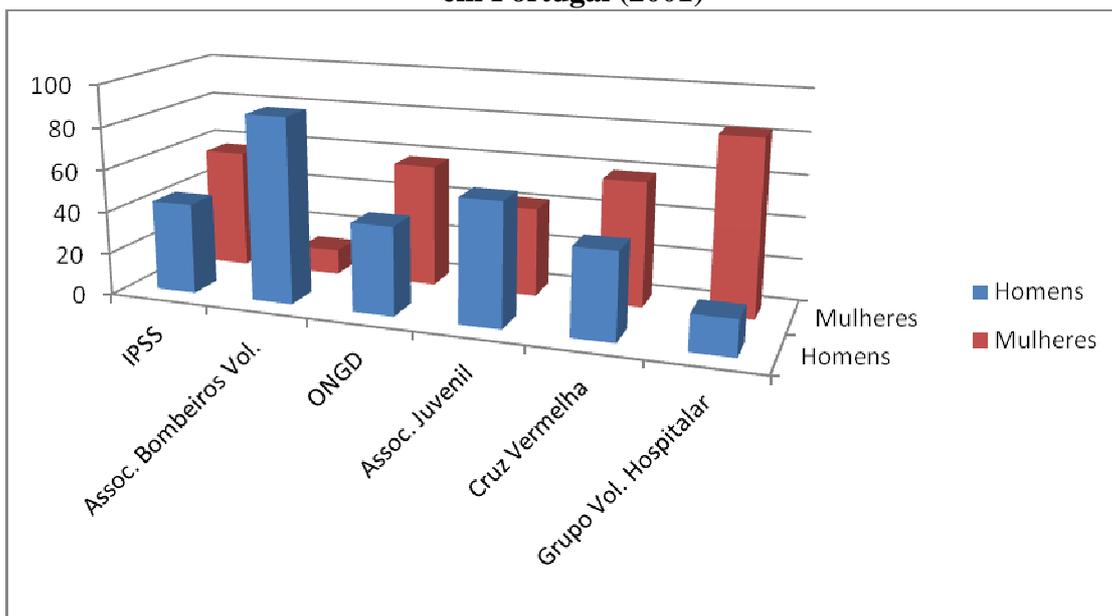
Gráfico 5 - Distribuição dos voluntários por sexo, segundo os tipos predominantes de voluntariado, em Portugal (2001)



Fonte: Delicado et al. (2002).

No gráfico que segue são apresentadas as diferenças de género respeitante aos tipos de instituição identificados no estudo assinalado. Tanto nas IPSS como no voluntariado hospitalar, cuja vocação é mais socio-caritativa, são, sobretudo, as mulheres que realizam este tipo de voluntariado em maior percentagem (57% e 83% respectivamente). Por outro lado, nas Associações de Bombeiros, onde as actividades são mais exigentes fisicamente, é o voluntariado masculino que sobressai (88%). Nota-se ainda que nas Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento, a percentagem de voluntários do género feminino apresentava-se superior, contrariamente ao que acontecia no associativismo juvenil, onde a taxa feminina era pouco superior a 40%. Relativamente à Cruz Vermelha, que combina a perspetiva socio-caritativa com a do socorrismo, havia também um predomínio de mulheres, mas sobretudo ligadas à primeira área. Na segunda predominavam os homens, embora haja cada vez mais mulheres a participar como voluntárias.

Gráfico 6 - Distribuição dos voluntários por sexo, segundo o tipo de instituição, em Portugal (2001)



Fonte: Delicado et al. (2002).

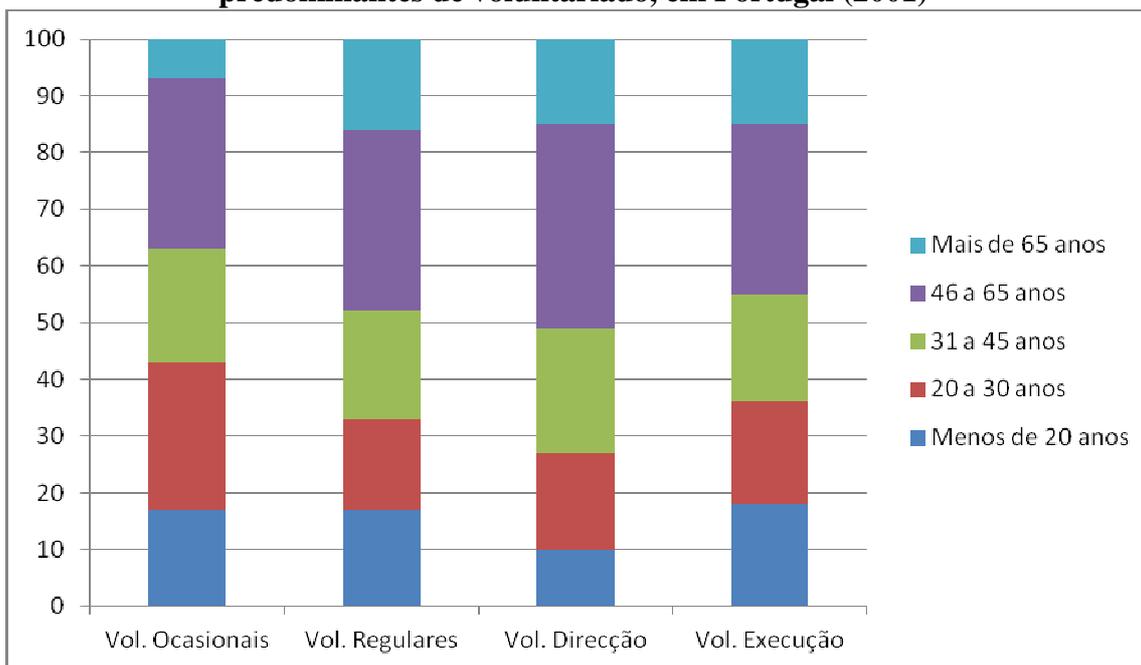
- **Distribuição por Idade**

No estudo do ICS de 2001, verifica-se que os escalões relativos às idades inferiores a 20 anos e superiores a 46 anos são os que apresentam maior número de voluntários face à população nacional.

O intervalo de idades que representa o pico da vida activa (entre 25 e 45 anos), tendo inerente as obrigações profissionais e familiares que, em princípio, deveriam condicionar a disponibilidade dos indivíduos para o voluntariado, estão, sobretudo, presentes nas práticas do voluntariado ocasional, que exige menos tempo e regularidade.

Por outro lado, os(as) voluntários(as) regulares tendem a ser mais velhos, verificando-se também que, nas instituições onde o voluntariado de direção é predominante, os(as) voluntários(as) com idades entre os 45 e os 65 anos, eram os mais representativos.

Gráfico 7 - Distribuição dos voluntários por escalões etários segundo os tipos predominantes de voluntariado, em Portugal (2001)



Fonte: Delicado et al. (2002).

Considerando a distribuição dos(as) voluntários(as) por escalões etários e o tipo de instituição de acolhimento, os dados revelam que os(as) voluntários(as) que fazem voluntariado em instituições de vocação socio-caritativa (IPSS e Grupos de Voluntariado Hospitalar) são tendencialmente mais envelhecidos (mais de metade dos(as) voluntários(as) nas IPSSs têm mais de 45 anos e nos Hospitais ultrapassam os 80%), enquanto que, nas Associações de Bombeiros (tendo presente a exigência física das tarefas) e nas Associações Juvenis (pela sua própria natureza estatutária), sobressaem os escalões etários mais jovens.

Concordante com alguns dos dados acima apresentados, relativamente ao escalão etário mais representativo de voluntários(as), ao tipo de voluntariado (regular ou ocasional) e ao tipo de instituição, estão os resultados obtidos pelo estudo realizado pelo OEFP, de 2008.

No quadro que segue, verifica-se que o escalão etário que se destaca, significativamente, em termos do número de voluntários(as) pertencentes a órgãos sociais e que são regulares, é o dos 25 aos 65 anos, com um intervalo de idades muito amplo, correspondendo à vida activa mais adulta. Por outro lado, como igualmente

referido no estudo mencionado, constata-se que o escalão mais jovem, até aos 24 anos, participa, sobretudo, no voluntariado ocasional.

Quadro 5 - Percentagem de voluntários(as) por grupo etário segundo o tipo de instituição, em Portugal (2008)

	Voluntários(as) Órgãos Sociais + Voluntários(as) Regulares			Voluntários(as) Ocasionais		
	Até 24 anos	25 a 65 anos	65 e mais anos	Até 24 anos	25 a 64 anos	65 e mais anos
ADS	12,1	75,4	12,5	16,7	79,0	4,3
APPACDM	1,7	86,1	12,2	54,0	42,9	3,2
CERCIS	2,7	87,8	9,5	21,4	76,8	1,8
CN Escuteiros	15,0	85,0	0,0	58,1	41,9	0,0
ONGD	0,8	89,9	9,3	39,3	59,6	1,2
ADL	16,1	79,2	4,7	38,9	42,6	18,5
Fundações	43,6	40,7	15,8	8,3	91,0	0,7
Mutualidades	0,7	74,5	24,8	-	-	-
CCCRD	28,3	65,9	5,8	24,2	70,4	5,3
Bombeiros	27,3	69,5	3,2	24,3	72,6	3,1
Misericórdias	3,1	64,6	32,3	18,0	61,5	20,5
IPSS	8,1	63,7	28,2	19,1	56,8	24,1
CSP	8,5	59,8	31,7	20,7	30,3	49,0
IPJ	48,6	49,9	1,5	88,9	8,9	2,3
Coop. Cred.	0,0	92,6	7,4	-	-	-
Coop. N. Cred.	0,0	90,3	9,7	-	-	-
Cáritas	7,9	66,0	26,0	24,7	45,6	29,7
Total	19,8	68,4	11,8	47,9	39,5	12,6

Fonte: OEFP, Estudo sobre o Voluntariado (2008)

- **Distribuição por Habilitações Literárias**

Uma das características que destaca os(as) voluntários(as) relativamente à população nacional é o elevado nível de escolaridade, que é de extrema relevância, tendo em conta a percentagem ainda significativa de analfabetismo da população portuguesa. Assim, realça-se que 65% dos voluntários possuía nível de escolaridade secundário ou superior. Importa ter presente que os diferentes tipos de voluntariado, nas diferentes instituições, implicam graus de escolaridade dos voluntários diferentes.

No voluntariado ocasional, que tende a ser praticado pelas faixas etárias mais jovens, cerca de metade dos(as) voluntários(as) concluiu o ensino secundário ou superior.

Por outro lado, a proporção de voluntários(as), que detêm grau de ensino superior, é bastante maior nas instituições com voluntariado essencialmente de direção (cerca de um quarto), sendo cargos normalmente assegurados por voluntários(as) de escalões etários mais velhos, que têm mais experiência, disponibilidade, etc.

O tipo de instituição condiciona o perfil de voluntários, nomeadamente, quanto às habilitações literárias. Refira-se, a título de exemplo, as Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento, onde a maioria dos(as) Voluntários(as) detém o grau universitário, um dos requisitos para a cooperação para o desenvolvimento. Também, cerca de 80% dos(as) voluntários(as) nas Associações Juvenis completou o ensino secundário ou superior. Por fim, nas Associações de Bombeiros, o grau de escolaridade tende a ser menos elevado.

- **Distribuição por Situação Profissional**

Existe uma grande tendência em relacionar o voluntariado com os indivíduos sem ocupação regular (domésticas, desempregados, reformados). No entanto, com os dados recolhidos e os resultados disponíveis (sobretudo do estudo do ICS, em 2001), constata-se que mais de metade dos(as) voluntários(as) exerce uma profissão e cerca de 15% são estudantes.

No que se refere aos diferentes tipos de voluntariado, destaca-se o peso dos estudantes enquanto voluntários(as) ocasionais, confirmando, os dados já apresentados, quanto aos escalões etários, tipos de instituições e tipo de voluntariado e, simultaneamente, maior incidência dos reformados nas instituições onde é mais significativo o exercício do voluntariado de direção.

Analisando a situação profissional dos(as) voluntários(as) segundo o tipo de instituição, nota-se que a proporção de empregados é visivelmente superior nas Associações de Bombeiros (cerca de 75%), seguindo-se, com cerca de 60%, as Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento, enquanto que mais de 50% dos(as) voluntários(as) nas Associações Juvenis são estudantes. No voluntariado de cariz social, verifica-se maior incidência de pessoas reformadas e domésticas, no Voluntariado Hospitalar – 47% e 26% respectivamente -, e nas IPSS – 30% e 13% respectivamente.

Na generalidade, o voluntariado é mais qualificado e especializado profissionalmente, em comparação com a distribuição ocupacional da população portuguesa. Assim, é de referir que, cerca de metade dos(as) voluntários(as) ativos desempenham profissões científicas, técnicas ou artísticas (médicos(as), professores(as), enfermeiros(as),

assistentes sociais, psicólogos(as), entre outras), enquanto os trabalhadores industriais, que compõem 65% da população activa, representam menos de 20% dos(as) voluntários(as).

Tal como acontece com os níveis de escolaridade, também as profissões têm uma distribuição distinta consoante o tipo de instituição. Nas Associações de Bombeiros o peso dos trabalhadores industriais é relativamente equilibrado quanto à sua representação na população activa nacional enquanto que, nas Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento, os(as) voluntários(as) têm, quase exclusivamente, profissões técnico-científicas. Na Cruz Vermelha e nas IPSS destacam-se os quadros dirigentes e nos Grupos de Voluntariado Hospitalar, assume uma proporção superior, o pessoal administrativo e dos serviços sociais.

4.4 – Análise de algumas situações organizacionais

Após uma percepção geral sobre as características socio-demográficas dos(as) voluntários(as) em Portugal, já apresentada, apresentam-se dois casos de instituições com tipologia específica, nomeadamente, a Cáritas (Diocesana e Portuguesa) e as associações que fazem parte da Confederação Portuguesa de Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, visto que, de acordo com o estudo “Cidadania e Participação Política e Social: atitudes, comportamentos e mudanças institucionais” (Viegas, 2001), são os grupos de *associações desportivas, culturais e recreativas* (28%) e de *associações de solidariedade social e religiosa* (26%) aqueles em que se verifica maior envolvimento de voluntários(as).

4.4.1. Caso 1 – Cáritas

Os dados que se apresentam foram recolhidos, em 2008, pela Cáritas (Santos et. al, 2010), nas 20 Cáritas Diocesanas e na Cáritas Portuguesa, num total de 21 instituições, incluindo os Grupos Paroquiais de Ação Sócio-Caritativa, tendo sido contabilizados 1261 colaboradores profissionais e 887 voluntários.

Quadro 6 – Número de Colaboradores(as) Profissionais e de Voluntários(as) nas Cáritas Diocesanas e Portuguesa (2008)

Cáritas	Colaboradores Profissionais	Voluntários
Cáritas Portuguesa	7	11
Cáritas Diocesana dos Açores	59	207
Cáritas Diocesana de Aveiro	42	60
Cáritas Diocesana do Algarve	30	50
Cáritas Diocesana de Bragança	26	15
Cáritas Diocesana de Beja	32	56
Cáritas Diocesana de Braga	16	18
Cáritas Diocesana de Coimbra	678	30
Cáritas Diocesana de Évora	69	60
Cáritas Diocesana da Guarda	25	60
Cáritas Diocesana de Lamego	1	1
Cáritas Diocesana de Leiria	3	9
Cáritas Diocesana de Lisboa	33	77
Cáritas Diocesana da Madeira	8	35
Cáritas Diocesana de Portalegre/Castelo Branco	2	35
Cáritas Diocesana de Santarém	0	20
Cáritas Diocesana do Porto	11	33
Cáritas Diocesana de Setúbal	149	25
Cáritas Diocesana de Vila Real	30	5
Cáritas Diocesana de Viana do Castelo	2	30
Cáritas Diocesana de Viseu	38	50
Total	1261	887

Fonte: Santos et.al.(2010)

Considerando os valores médios de colaboradores profissionais e voluntários(as) por instituição (60 e 42 pessoas, respectivamente), verifica-se que é em Coimbra e em Setúbal que existe um maior número de profissionais remunerados (respectivamente, 678 e 149 trabalhadores), havendo, por oposição, situações em que nenhum trabalhador é remunerado (Santarém), ou em que há menos de 3 trabalhadores com ordenado (Lamego, Portalegre/Castelo Branco, Viana do Castelo e Leiria).

Relativamente ao número de voluntários, salienta-se o elevado número de voluntários(as) assinalado na Cáritas Diocesana dos Açores (207 pessoas), bem como

nas Cáritas Diocesanas de Lisboa, Aveiro, Évora e Guarda. Em contrapartida, as Cáritas Diocesanas de Lamego, Vila Real e Leiria, estão visivelmente abaixo da média.

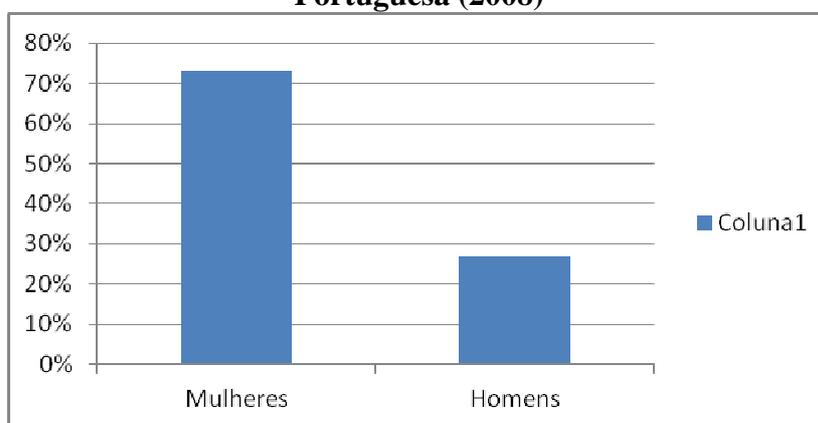
- **Caracterização do(a) Voluntário(a) por Tipo de Voluntariado**

Tal como esperado, visto ser comum à maioria das instituições que acolhem voluntários(as), muitos(as) dos(as) voluntários(as) da Cáritas são titulares dos órgãos sociais das instituições de que fazem parte.

- **Caracterização por sexo**

O levantamento de dados efectuado pela Cáritas, revela que a percentagem de mulheres (73%) é bastante superior à de homens (27%), no voluntariado destas organizações, sendo que, destes, a maioria se caracteriza como voluntário de direcção (66%), enquanto que, no caso das mulheres, a maioria terá funções de execução (68%).

Gráfico 8 - Distribuição de voluntários(as) por sexo nas Cáritas Diocesanas e Portuguesa (2008)

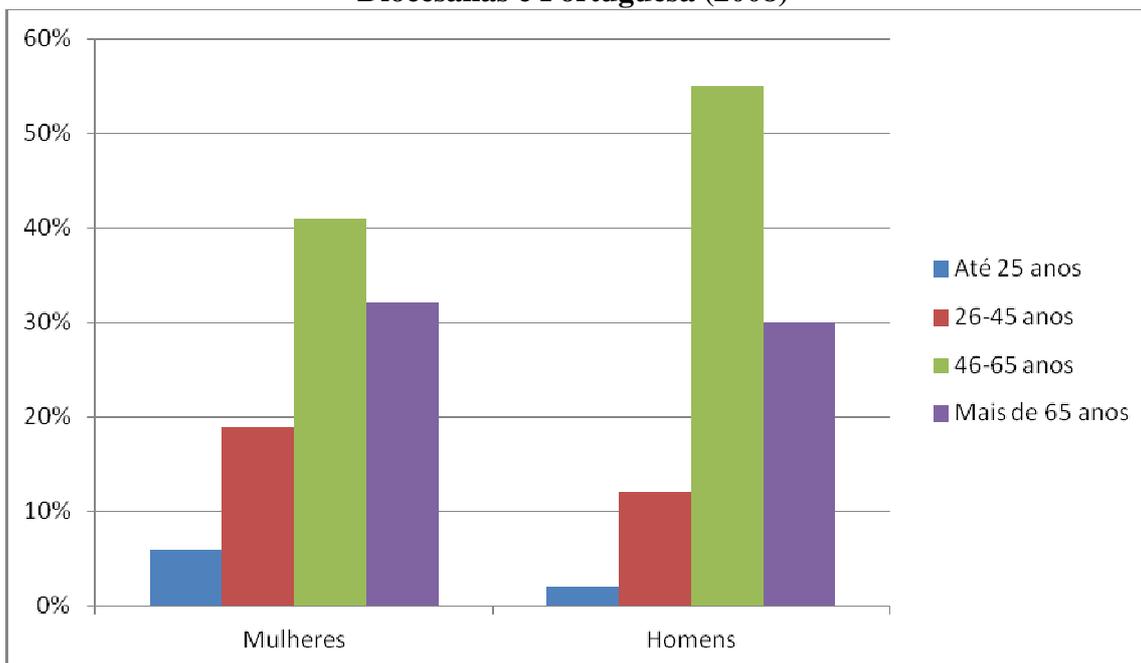


Fonte: Santos et.al. (2010)

- **Caracterização por Idade**

No que diz respeito às idades dos(as) voluntários(as) da Cáritas, 42% situa-se no escalão de 46-65 anos de idade, sendo que 37,4 % dos voluntários tem mais de 65 anos, o que se traduz num voluntariado mais envelhecido nesta instituição.

Gráfico 9 - Distribuição de voluntários(as) por escalão etário nas Cáritas Diocesanas e Portuguesa (2008)



Fonte: Santos et.al. (2010)

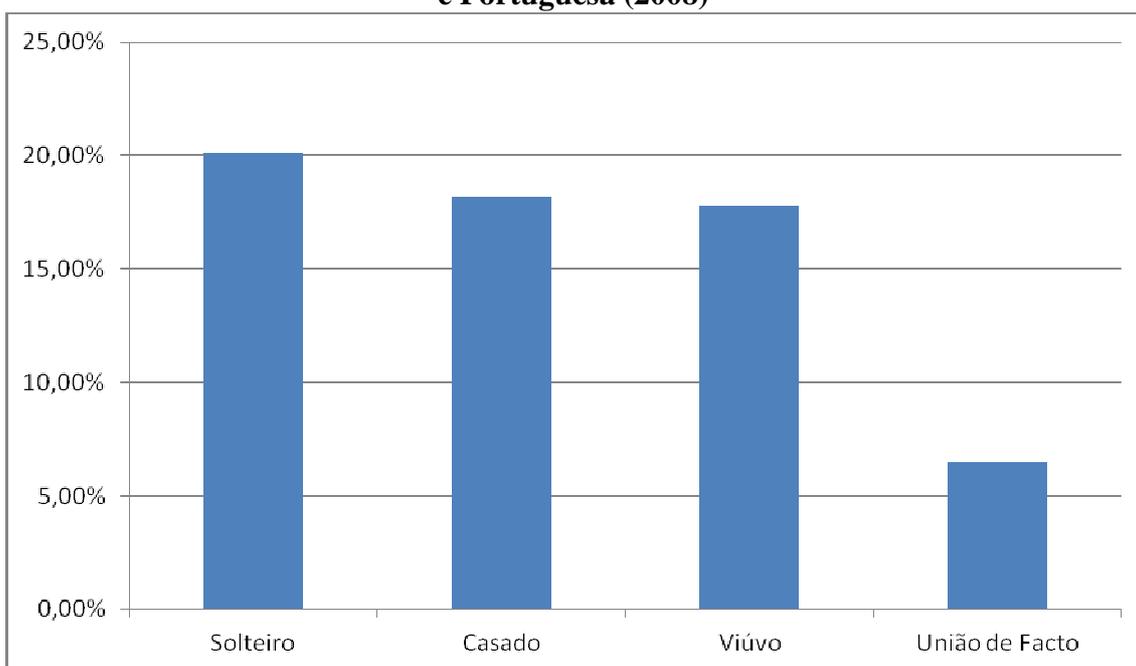
- **Caracterização por estado civil**

Constata-se uma prevalência de voluntários(as) casados(as) a exercer actividades na Cáritas (57,6%), verificando-se, nos homens, que 77,9% são casados.

De referir, ainda, que muitos dos(as) voluntários(as) casados(as) pertencem a agregados familiares compostos por duas pessoas (37,9%) ou três pessoas (20,1%), tendo, normalmente, um(a) filho(a) a cargo.

No caso dos(as) voluntários(as) não casados(as), a maioria é ‘solteiro(a)’ (20,1%) ou viúvo(a) (17,8%), constituindo as famílias unipessoais 18,2% dos tipos de agregado familiar definidos, havendo, em ambas as situações, uma prevalência de mulheres.

Gráfico 10 - Distribuição de voluntários(as) por estado civil nas Cáritas Diocesanas e Portuguesa (2008)



Fonte: Santos et.al. (2010)

- **Caracterização por níveis de escolaridade**

Quanto a este item, 24,9% dos(as) voluntários(as) da Cáritas tem habilitações literárias ao nível do 4º ano, enquanto 21,4% são licenciados(as) e 17,3% detêm o ensino secundário.

No caso dos(as) voluntários(as) com habilitações superiores, as áreas de formação mais vezes referidas são, quanto às mulheres, as Ciências da Educação e as Ciências Sociais e Humanas e, no que se refere aos homens, as Engenharias e Ciências Económicas e Empresariais.

Na análise da distribuição por habilitações académicas, verifica-se que, no caso dos voluntários de direção, a sua maioria tem habilitações ao nível superior (52%).

- **Caracterização por condição perante o trabalho**

Muitos(as) dos(as) voluntários(as) da Cáritas não têm outra ocupação para além do voluntariado (64,7%), havendo um grande número de reformados(as) (56,6%) e algumas domésticas (9,8%).

Dos 35,3% de voluntários(as) activos(as), 28% trabalham a tempo inteiro e 22% a tempo parcial, sendo que a maioria, trabalha por conta de outrem (77,8%), havendo 24,4% de trabalhadores(as) por conta própria.

Dentro desta amostra de activos, destacam-se as profissões nas áreas da educação (25,3%), comércio e serviços (21,1%) e acção social (15,8%) e as categorias de Técnico Superior (40%), Pessoal Auxiliar (31%) e Chefe de Serviços, Departamento ou Sector (20%).

A maioria dos(as) inquiridos(as) revela um apoio pouco expressivo das entidades patronais à prática do voluntariado.

- **Caracterização dos(as) voluntários(as) por tempo de permanência na instituição**

Os(As) voluntários(as) da Cáritas encontram-se, na sua maioria, há mais de 5 anos na instituição (41,3%), sendo que 32,7% são voluntários(as) há menos de 5 anos e mais de um ano.

De um modo geral, os(as) voluntários(as) ingressam na instituição por convite (67,8%), não sendo comum o estabelecimento de um ‘compromisso formal’.

- **Caracterização das necessidades de formação dos(as) voluntários(as)**

Considerando a importância de um enquadramento de base e acompanhamento dos(as) voluntários(as) nas áreas em que se desenvolve a actividade da instituição que os acolhe, aprofundou-se, junto dos(as) voluntários(as) da Caritas, algumas questões relacionadas com a formação. Constatou-se, que 65,5% dos(as) voluntários(as) dirigentes e 72% dos(as) não dirigentes, afirmam não ter formação específica na área de intervenção da Cáritas, realçando, a maioria (78,7%) a importância do acompanhamento dado pela Cáritas Diocesana às actividades que realizam.

Questionados sobre as necessidades de formação sentidas, 57,7% dos(as) inquiridos(as), afirmam que o aumento de conhecimentos nas áreas de liderança e gestão de equipas traria uma mais-valia importante ao seu próprio desempenho.

- **Factores favoráveis e factores prejudiciais ao exercício do voluntariado**

De acordo com os(as) inquiridos(as) no estudo conduzido pela Cáritas, são identificados como motivação para o trabalho voluntário:

- O facto de ‘poder ser útil à sociedade’ (90%);
- A valorização pessoal conseguida (30,5%).

Fatores como o sentimento de prestar apoio à comunidade (identificado por 84,5% dos(as) inquiridos(as)), de trabalhar em equipa (56,3%) e de obter realização social e pessoal (45,8%) funcionam como potenciadores do exercício do voluntariado, enquanto que, a falta de meios de apoio à comunidade, a falta de compromisso por parte dos(as) voluntários(as) e a escassez de tempo para a família, parecem surgir como obstáculos ao voluntariado.

Estas conclusões vão de encontro aos dados relacionados com a facilidade ou dificuldade dos(as) voluntários(as) da Cáritas em conciliar a actividade voluntária com o horário de trabalho e a vida familiar. Isto porque os(as) inquiridos(as) afirmam, na grande maioria (88,2%), não sentir dificuldades a este nível de conciliação, o que pode relacionar-se com o aumento da disponibilidade emocional para se envolver nas suas funções voluntárias.

Assim, o facto de conseguir conciliar voluntariado/trabalho/família, aparece, neste estudo da Cáritas, como factor mais relevante para a vontade em fazer voluntariado, do que propriamente a retribuição (não social) que pode ser dada pelo seu trabalho, uma vez que 93,1% não beneficia de quaisquer contrapartidas pelo trabalho voluntário que desenvolve.

4.4.2. Caso 2 – Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

Os dados de seguida apresentados foram recolhidos pela Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, e apresentados em 2009 (Leitão et. al, 2009).

Da Confederação faziam parte, à data do estudo, 3452 colectividades com 149 099 associados.

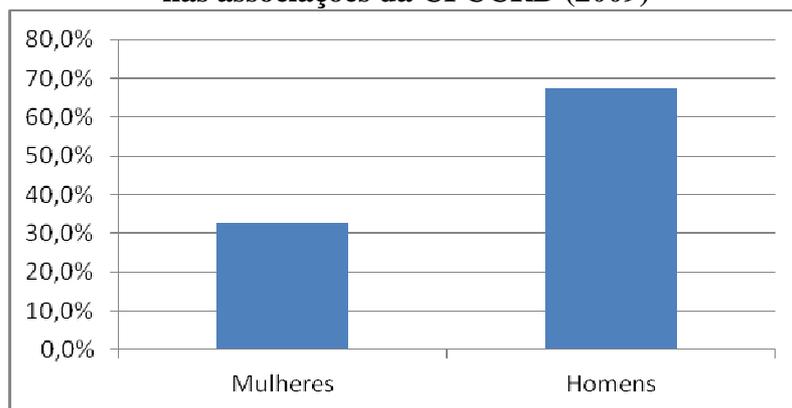
- **Caracterização do(as) Voluntário(as) por Tipo de Voluntariado**

A maioria dos(as) voluntários(as) das colectividades, à semelhança da realidade portuguesa, desempenha funções de dirigente (83,3%).

- **Caracterização por sexo**

A maioria dos associados das colectividades de cultura, recreio e desporto, são homens (66,3%).

Gráfico 11 - Distribuição de voluntários(as) por sexo, nas associações da CPCCRD (2009)



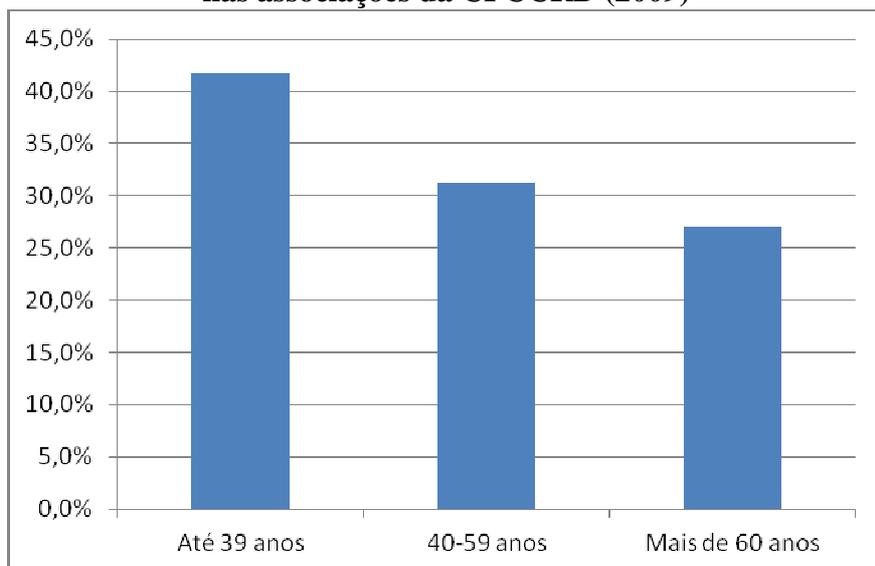
Fonte: Leitão et.al. (2009)

Nota: - CPCCRD – Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

- **Caracterização por Idade**

No que diz respeito às idades dos(as) voluntários(as) das colectividades, a maioria situa-se no escalão de 30-59 anos de idade (64,4%), sendo que 27,2 % têm mais de 60 anos. Tais dados traduzem a existência de um voluntariado algo envelhecido nestas associações, mas um pouco menos do que, por exemplo, na Cáritas.

Gráfico 12 - Distribuição de voluntários(as) por escalão etário, nas associações da CPCCRD (2009)



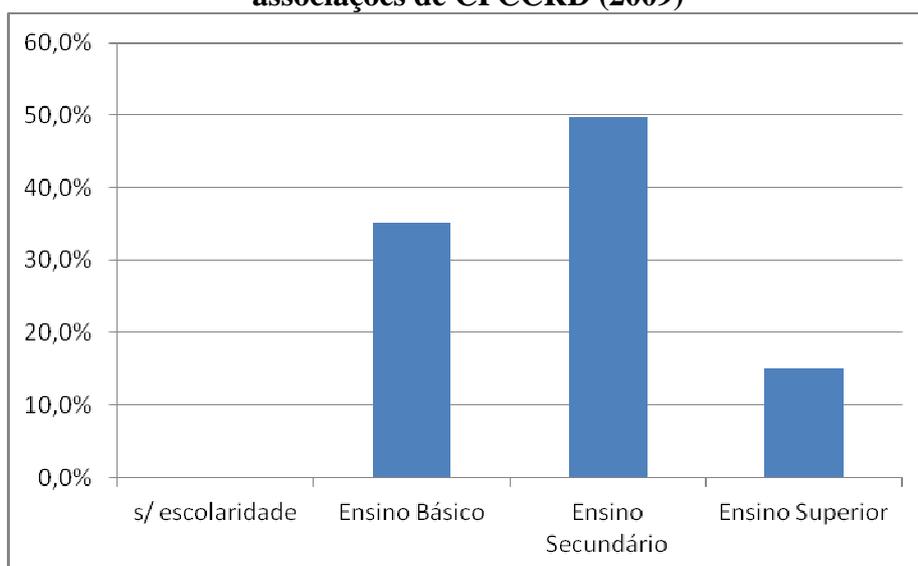
Fonte: Leitão et.al. (2009)

Nota: - CPCCRD – Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

- **Caracterização por níveis de escolaridade**

Relativamente à escolaridade dos(as) seus(suas) voluntários(as), a maioria possui habilitações ao nível do ensino secundário (49,8%), seguindo-se os(as) voluntários(as) com o ensino básico (35,1%).

Gráfico 13 - Distribuição de voluntários(as) por níveis de escolaridade, nas associações de CPCCRD (2009)



Fonte: Leitão et.al. (2009)

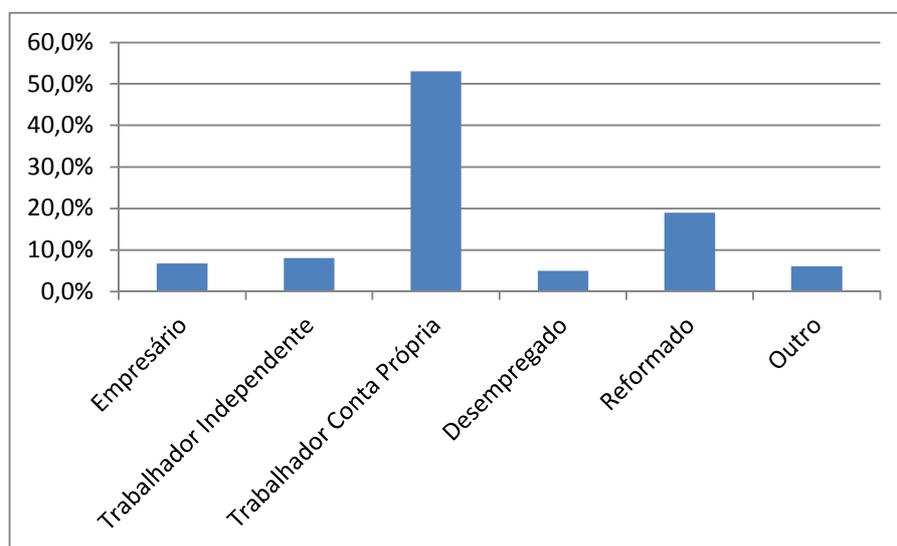
Nota: - CPCCRD – Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

- **Caracterização por condição perante o trabalho**

Nas colectividades, 76% de voluntários(as) estão activos(as), sendo que 58,6% trabalham por conta de outrem e 16,9% são trabalhadores(as) por conta própria ou empresários(as).

Por outro lado, 24% não têm outra ocupação para além do voluntariado, havendo 19% de reformados(as) e 5% em situação de desemprego.

Gráfico 14 - Distribuição dos(as) voluntários(as) por ocupação profissional, nas associações da CPCCRD (2009)



Fonte: Leitão et.al. (2009)

Nota: - CPCCRD – Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

- **Caracterização das necessidades de formação dos(as) voluntários(as)**

Também as associações confederadas, reconhecem, na sua maioria, a necessidade de formação dos(as) seus(suas) voluntários(as), conforme enunciado no quadro seguinte:

Quadro 7 - Peso dos(as) voluntários(as) por área de formação, nas associações da CPCCRD (2009)

Área de formação	Nº de associações (%)
Liderança e gestão de equipas	53,0
Contabilidade e fiscalidade	50,5
Cultura e intervenção associativa	49,5
Área administrativa	48,5
Planeamento, programação e controlo de actividades	46,5
Tecnologias de comunicação e informação	46,5
Enquadramento jurídico	44,6
Técnicas de comunicação	43,1
Música	34,2
Teatro	30,2
Dança	25,2
Etnografia e folclore	20,3

Fonte: Leitão et.al. (2009)

Nota: - CPCCRD – Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

4.5 – Alguns exemplos territoriais

Neste ponto apresenta-se alguns dos dados mais relevantes relativos ao perfil dos(as) voluntários(as), constantes de três relatórios, correspondentes à cidade de Porto, ao concelho de Faro e ao distrito de Évora.

O relatório do Porto surgiu em 2003 aquando da implementação do Sistema de Monitorização da Qualidade de Vida Urbana do Porto, cujo objectivo era o de medir o envolvimento efectivo da população na actividade de voluntariado. Este inquérito, realizado pelo Gabinete de Estudos e Planeamento da Câmara Municipal do Porto, veio colmatar a inexistência de elementos relativos a esta actividade.

O Estudo de Caracterização do Voluntariado no Concelho de Faro (2003), surge no âmbito do Projecto Rede Europeia de Voluntariado Social (Projeto REVOS), iniciativa desenvolvida por 15 parceiros de diferentes regiões da Europa, integrado no Programa Interreg III C., em parceria com a Câmara Municipal de Faro. Este Programa pretendeu criar instrumentos e ferramentas de trabalho inovadoras, dotar as administrações regionais e locais participantes do projecto de metodologias e recursos de gestão do voluntariado, promover a troca de experiências através da rede e tornar-se um ponto de referência e uma fonte de boas práticas do voluntariado social.

Quanto ao Estudo de Caracterização das Instituições Sociais do Distrito de Évora, foi realizado pelo Observatório Social do Alentejo – Fundação Eugénio de Almeida, em 2004.

Quanto ao **tipo de voluntariado**, os dados obtidos neste estudo, indicam que, na sua grande maioria, o tipo de voluntariado que existe é de direcção (42,1%), apesar de este valor apenas contar com os titulares de órgãos executivos das instituições, enquanto que no estudo do Porto, a indicação é de que o tipo de voluntariado praticado é de execução e regular.

Quanto à distribuição do voluntariado por **género**, verifica-se que, no concelho de Faro, predominam as mulheres (87%), bem como na cidade do Porto, pois estas são 58% do universo, enquanto que, no distrito de Évora, é o género masculino que se destaca (60,8%).

	Homens	Mulheres
Évora	60,8%	39,2%
Faro	13%	87%
Porto	42%	58%

Relativamente à distribuição por **idades**, em Faro, 30,4% dos(as) voluntários(as) estão compreendidos(as) entre os 18 e os 25 anos, seguindo-se o escalão etário dos 61 – 70 anos, com 20,5% de voluntários. Por outro lado, o do Porto revela maior número de voluntários(as) no escalão etário 46 – 65 anos (41%).

As **habilitações literárias** foram outra categoria analisada, sendo que, em Évora, existe maior predominância de voluntários(as) com o 1º ciclo (34,3%), seguindo-se os(as) voluntários(as) com formação superior (23%). No caso de Faro, o ensino superior tem maior destaque, contando com 54,4% de voluntários(as), sendo que 19,3% têm o ensino secundário. O estudo do Porto revela que 50% dos(as) voluntários(as) são detentores de

um nível de escolaridade acima da média nacional, ou seja, com ensino secundário, ensino superior ou pós-graduação.

Por fim, descreve-se a caracterização ou perfis sócio-demográficos dos(as) voluntários(as) em cada um dos territórios:

- **Porto**

- predominam as mulheres no voluntariado regular (58%);
- 41% dos(as) voluntários(as) têm idades compreendidas entre os 46 e os 65 anos;
- O nível de qualificação dos(as) voluntários(as) regulares é elevado, acima da média do país (50% - ensino superior, pós-graduado e ensino secundário);
- 38% dos(as) voluntários(as) são profissionalmente activos(as), 33% são reformados(as), 15% são domésticas e 10% são estudantes.

- **Faro**

- predominância do género feminino (87%);
- voluntários(as) mais jovens, entre os 18 e os 25 anos (30,4%);
- maioria com formação universitária (54,4%)
- cerca de 40% são solteiros(as) e de 35% são casados(as);
- metade dos(as) voluntários(as) mostraram-se disponíveis e interessados em participar em experiências de voluntariado em outros países da Europa;
- 91% dos(as) voluntários(as) revelam interesse em participar em acções de formação no âmbito da temática do voluntariado.

- **Évora**

- o voluntariado de direcção é regra universal das instituições sociais neste distrito;
- predominância do sexo masculino (salienta-se que as direcções das instituições são compostas exclusivamente por voluntários(as), e que são na sua grande maioria homens);
- maior incidência feminina no voluntariado de execução, principalmente nas instituições de promoção do desenvolvimento local e regional, de apoio social e caritativo, bem como de apoio ao cidadão portador de deficiência;
- 34,3% dos(as) voluntários(as) têm escolaridade até ao 1º ciclo e 23% com estudos superiores.

5. Caracterização actual do Voluntariado em Portugal e das Organizações de enquadramento

Como já se referiu no ponto 4.1., os elementos recolhidos directamente neste estudo (junto das organizações que acolhem voluntariado, das suas redes – federações, confederações e uniões - e dos Bancos Locais de Voluntariado), e as projecções realizadas, com o objectivo de colmatar algumas insuficiências da recolha directa, apontam, em primeiro lugar, para uma taxa de voluntariado, na população portuguesa, entre 18% e 20%, em 2011.

Este cálculo aponta, em consequência, para uma percentagem mais elevada do que a revelada em estudos anteriores, e para uma inversão da tendência (de decréscimo) por elas evidenciada (cf. ponto 4.1.).

Este (estimado) aumento poderá estar relacionado, no essencial, com dois factores:

- uma opção metodológica mais ampla que contemplou, para efeitos daquele cálculo, toda e qualquer situação de acção voluntária, presente ou passada, permanente (ou regular) ou episódica (ou ocasional), enquadrada ou não em organizações e em todas as áreas passíveis de ser contempladas no conceito (estima-se que esta opção poderá explicar 1% a 2% da percentagem indicada);
- um efectivo aumento da propensão para o trabalho voluntário em Portugal.

O estudo realizado parece confirmar esta maior propensão dos(as) portugueses(as) para o voluntariado, por várias razões, das quais se sublinham as seguintes (a aprofundar nas notas finais):

- a crescente valorização e visibilidade social, política e científica da acção voluntária, o que lhe aumentou o prestígio e reconhecimento e, consequentemente, a atracção;
- a influência e os efeitos de eventos como o Ano Internacional – 2001 e o Ano Europeu – 2011 e da criação e da acção do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado e dos Bancos Locais de Voluntariado, por iniciativa do CNPV, o que dignificou e deu outra consolidação (inclusive legal e institucional) ao Voluntariado;

- o reforço da sua base científica e teórica, através de conceitos como Economia Solidária, Economia da Dádiva, Participação, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Integrado, o que deu outra consistência e fundamentação (e, por conseguinte, aceitação) ao Voluntariado;
- a emergência de novas áreas de voluntariado, associadas a novas lutas e movimentos sociais, em domínios como o ambiente, a cultura, o Desenvolvimento Local, a cooperação para o Desenvolvimento, a luta pela paz e pela Igualdade de Oportunidades (inclusive de Género);
- o contributo de várias escolas e estabelecimentos de ensino superior para a sensibilização dos jovens para as questões do Voluntariado, através da abordagem deste tema em várias iniciativas e programas escolares e extra-curriculares;
- a valorização do conceito e das práticas de “segunda carreira”, para as pessoas que já saíram do mercado de trabalho, o que constitui um incentivo adicional para um Voluntariado sénior mais activo e dignificado;
- o efeito indirecto do aumento do desemprego jovem em Portugal, levando a que muitos jovens, por ausência de oportunidades profissionais (nomeadamente após conclusão dos estudos), se disponibilizem para trabalho voluntário, como forma de aprendizagem prática e/ou de possível rampa de lançamento para o mercado de trabalho;
- as consequências da crise (multidimensional) actual em Portugal, agravando os problemas sociais (empobrecimento, associado a desemprego e a diminuição de rendimentos) e levando a uma maior necessidade de respostas sociais, num quadro de desactivação do estado-Providência, a par de um aumento da disponibilidade e da responsabilização de muitos(as) cidadãos(ãs).

Por outro lado, segundo os dados recolhidos e as projecções realizadas, é possível estimar que o número de Voluntários a colaborar nas diferentes organizações que integram as mais conhecidas redes e plataformas do Terceiro Sector, será, actualmente, de cerca de 600.000 Voluntários em Portugal, divididos como indicado no quadro 8.

No total, por tipo de organização, verifica-se que as Instituições de Solidariedade Social, seguidas das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, dos Bombeiros, das

Associações Juvenis (dentro das outras organizações) e das ONGDs são as que têm mais Voluntários(as) a colaborar, sendo que nas três primeiras se verifica o seu peso sobretudo, no voluntariado regular, quer de direcção, quer de execução.

Nas Instituições de Solidariedade Social e nas Associações Juvenis destaca-se o número elevado de voluntários(as) ocasionais.

É de realçar o caso das Mutualidades onde só existe Voluntariado de direcção e de execução regular. Inversamente, nas Cáritas e nas Associações Juvenis, predominam os(as) voluntários(as) ocasionais.

Quadro 8 – Número de Voluntários(as) por Tipo de Organização, em Portugal (2012)

Organizações	Voluntários(as) Regulares			Voluntários(as) Ocasionais			Total		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Organizações Solidariedade Social	46 735	32 589	79 324	38 495	48 400	86 896	85 230	80 991	166 221
Colectividades Cultura Recreio	63 502	31 077	94 579	17 014	14 278	31 292	80 515	45 356	125 871
Bombeiros	52 424	9 604	62 028	2 114	634	2 748	54 538	10 238	64 776
Misericórdias	6 391	3 294	9 685	373	935	1 307	6 764	4 229	11 006
Mutualidades	626	130	756	-	-	-	626	130	756
Cáritas	379	537	916	962	1 732	2 694	1 341	2 269	3 611
Associações Desenvolv. Local (ADL)	356	404	760	74	136	210	432	541	973
Associações Ambiente (ONGA)	298	326	624	75	102	177	372	428	800
ONGD	6 864	26 584	33 448	1 063	1 836	2 900	7 926	28 421	36 349
Outras Organizações	56 574	36 223	92 797	38 850	59 343	98 193	95 424	95 566	190 990
Total	233 807	140 768	374 917	99 020	127 396	226 417	333 168	268 169	601 353

Fonte: PROACT 2012

Como se pode verificar no quadro seguinte, a maioria dos(as) voluntários(as) têm entre 25 e 64 anos, sendo que, como seria de esperar, os(as) mais jovens estão nas Associações Juvenis, nos Bombeiros e nas Colectividades de Cultura e Recreio e os(as) mais velhos(as) (mais de 65 anos) integram os Centros Sociais e Paroquiais bem como outras organizações, a saber, Misericórdias, Cáritas e Instituições de Solidariedade Social.

Quadro 9 - Peso dos(as) Voluntários(as) Totais por Idades segundo o Tipo de Organização, em Portugal (2012)

Organizações				
	Até 25 anos	26-65 anos	66 e mais anos	Total
Organizações Solidariedade Social	14,1	60,0	25,9	100
Colectividades Cultura Recreio	27,4	67,0	5,6	100
Bombeiros	28,0	69,3	2,7	100
Misericórdias	4,8	64,5	30,7	100
Mutualidades	0,8	74,6	24,6	100
Cáritas	20,4	50,7	28,9	100
Associações Desenvolv. Local (ADL)	22,0	71,5	6,5	100
Associações Ambiente (ONGA)	23,0	71,3	5,7	100
ONGD	6,8	87,3	5,9	100
Outras Organizações	44,3	45	10,7	100
Total	30,8	57,6	11,6	100

Fonte: PROACT 2012

Em termos da distribuição por sexo, verifica-se que cerca de 55% dos(as) voluntários(as) são homens, sendo essa percentagem um pouco mais alta no que se refere ao voluntariado de direcção, existindo mais mulheres no voluntariado de execução.

Quanto à escolaridade, verifica-se que cerca de dois terços têm o ensino secundário ou superior, sobretudo no caso das ONGDs, ADLs e Associações Juvenis, e, como seria de esperar, menor nas Associações de Bombeiros.

Concomitantemente, existe um elevado número de quadros superiores e técnicos, profissionais intermédios, bem como de estudantes, nos três tipos de organizações acima citadas. Já no que respeita aos Bombeiros, tem maior expressão o grupo dos operários e trabalhadores indiferenciados.

Passando a algumas análises mais detalhadas, verifica-se, por exemplo, que o peso relativo dos vários tipos de voluntariado (dos órgãos sociais e execução, regulares ou ocasionais) é muito variável consoante o tipo de organização (cf. quadro 10).

É nas misericórdias, nas ADL e nas colectividades de cultura, recreio e desporto que mais peso têm os(as) voluntários(as) dos órgãos sociais.

Quanto aos(as) voluntários(as) de execução regulares a sua percentagem é mais elevada nas ONGD e nos bombeiros (acima de 80%), enquanto que os(as) de execução ocasionais predominam, como já se tinha assinalado, nas Cáritas e nas associações juvenis (cerca de ¾ do total, em cada um deste tipo de organização).

Quadro 10 – Distribuição do tipo de Voluntários(as) por Organizações, em Portugal, em % (2012)

Organizações	Órgãos Sociais	Execução		Total
		Regulares	Ocasionais	
Organizações Solidariedade Social	24,3	19,1	56,6	100
Colectividades Cultura Recreio	34,1	42,3	23,6	100
Bombeiros	12,3	83,5	4,2	100
Misericórdias	62,0	24,6	13,4	100
Cáritas	14,2	9,4	76,4	100
Associações Desenvolv. Local (ADL)	45,2	31,7	23,1	100
Associações Ambiente (ONGA)	8,1	43,1	48,8	100
ONGD	4,5	88,0	7,5	100
Associações Juvenis - IPJ	15,3	10,1	74,6	100
Outras Organizações	34,3	37,5	28,2	100
Total	26,2	33,7	40,1	100

Fonte: PROACT 2012

Outro indicador importante refere-se ao número de horas médias anuais de trabalho voluntário e que, os dados agora recolhidos, mostram ter aumentado, em relação a estudos anteriores (como o do Observatório do Emprego e Formação Profissional, realizado em 2008) – cf. quadro 11.

Verifica-se que é no caso dos bombeiros que esse número é mais elevado, muito acima dos que lhe seguem (ONGD e Instituições de Solidariedade Social) e mais de quatro vezes do que os mais baixos (associações juvenis e ADL).

Quadro 11 – Horas médias anuais de trabalho voluntário, por organizações, em Portugal (2012)

Organizações	Nº de horas médias anuais
Organizações Solidariedade Social	232,4
Colectividades Cultura Recreio	201,2
Bombeiros	421,8
Misericórdias	175,2
Cáritas	138,6
Associações Desenvolv. Local (ADL)	101,2
Associações Ambiente (ONGA)	142,3
ONGD	243,6
Associações Juvenis - IPJ	103,9
Outras Organizações	152,4
Total	231,4

Fonte: PROACT 2012

Quanto ao número médio de horas anuais de trabalho voluntário ocasional, ele é obviamente muito inferior, com uma grande diferença entre o mais elevado (bombeiros, também) e os mais baixos (a Cáritas e igualmente as associações juvenis) – cf. Quadro 12.

Quadro 12 - Horas médias anuais de trabalho voluntário ocasional, por organizações, em Portugal (2012)

Organizações	Nº de horas médias anuais
Organizações Solidariedade Social	34,2
Colectividades Cultura Recreio	42,6
Bombeiros	104,3
Misericórdias	32,5
Cáritas	28,3
Associações Desenvolv. Local (ADL)	42,5
Associações Ambiente (ONGA)	35,6
ONGD	58,7
Associações Juvenis - IPJ	23,6
Outras Organizações	48,3
Total	30,2

Fonte: PROACT 2012

Analisando, de seguida, a questão da formação dos(as) voluntários(as), verifica-se que, apesar dos progressos, ainda há muitas organizações que não a promovem aos (às) seus(suas) voluntários(as) de forma sistemática – cerca de 60%, como indicado no Quadro 13.

Aquelas onde de se desenvolvem mais acções formativas nesta área são as Cáritas, os Bombeiros e as ONGD. Em contrapartida, as que menos se realizam são as IPSS, as colectividades de cultura, recreio e desporto e as misericórdias, ou seja algumas das organizações de voluntariado social mais tradicional (cf. Quadro 13).

Contudo, a maior parte (cerca de $\frac{3}{4}$) reconhece a necessidade de promover essa formação (cf. Quadro 13).

Quadro 13 - Peso dos(as) Voluntários(as) Totais por Idades segundo o Tipo de Organização, em Portugal (2012)

Organizações	Promovem acções de formação	Reconhecem necessidade de formação
Organizações Solidariedade Social	31,1	67,0
Colectividades Cultura Recreio	28,2	65,2
Bombeiros	83,3	90,3
Misericórdias	21,2	51,8
Cáritas	95,4	98,2
Associações Desenvolv. Local (ADL)	33,4	64,8
Associações Ambiente (ONGA)	41,0	62,6
ONGD	75,2	90,6
Associações Juvenis - IPJ	34,0	82,6
Outras Organizações	45,6	74,4
Total	38,7	73,6

Fonte: PROACT 2012

Por seu turno, quanto às principais áreas de formação mais frequentadas, pode-se concluir o seguinte (cf. Quadro 14):

- as de “Contabilidade, Fiscalidade, Gestão e Administração” e “Serviços Sociais”, são as mais frequentadas pelos(as) voluntários(as) dos órgãos sociais;
- as “Serviços Sociais” e “Desenvolvimento Pessoal” são as mais frequentadas pelos(as) voluntários(as) de execução regulares

Quadro 14 - Peso dos(as) Voluntários(as) Totais por Idades segundo o Tipo de Organização, em Portugal (2012)

Áreas de formação	Voluntários(as) dos órgãos sociais	Voluntários(as) de Execução Regulares
Desenvolvimento Pessoal	34,2	67,0
Contabilidade e fiscalidade, Gestão e Administração	45,0	65,2
Informática	30,4	90,3
Serviços Sociais	42,6	51,8
Protecção e Ambiente	20,2	98,2
Protecção – Pessoas e Bens	14,6	64,8
Outras áreas	29,6	62,6

Fonte: PROACT 2012

Visto pelo lado dos(as) voluntários(as), constata-se que só cerca de 25% frequentou acções de formação de média e longa duração (ou seja, de mais de 60h) e com conteúdos adequados à sua missão, enquanto 32% limitou-se a acções mais curtas e laterais nos domínios abordados e 43% não frequentou nenhuma formação. Este último grupo, é, tem média, idades mais elevadas do que o primeiro.

Estes dados evidenciam que, apesar dos progressos evidenciados, há ainda muitos passos a percorrer e a conquistar, neste como noutras componentes do voluntariado.

Outra análise realizada, mais qualitativa, refere-se às razões e motivações da acção voluntária.

Auscultados(as) em painel, a conclusão mais importante refere-se à diversidade de respostas obtidas, podendo agrupar-se em dois “clusters”.

Um, que está associado aos (às) voluntários(as), sobretudo da área social e mais velhos(as), relaciona-se com motivações de cariz moral e religioso, expressas sob formas como “fazer o bem”, “ajudar os outros”, “aliviar o sofrimento”, “exercer a caridade”, “realizar obras de misericórdia”.

Outro, mais frequente em outros domínios de voluntariado (nomeadamente nos de afirmação mais recente) e nos(as) mais novos(as), exprime-se de outras maneiras, mais ligadas à participação, à cidadania e às novas lutas e movimentos sociais, sob formas

como “para assumir a minha responsabilidade”, “para criar uma sociedade mais justa” e “equitativa”, “para salvaguardar o ambiente”, “para defender a paz”.

Esta diversidade de motivação ilustra também o que é hoje a diversidade dos domínios e tipos de voluntariado e a complexidade das suas manifestações, objectivos e conteúdos.

Também neste estudo se procurou avançar nas representações que se fazem sobre os(as) voluntários(as) em Portugal.

Sem se poder recorrer (por falta de tempo) a um inquérito ou sondagem representativos da sociedade portuguesa, procedeu-se a auscultações em painel, com observadores privilegiados da população.

Chegou-se, desse modo, às hipóteses que a seguir se apresentam.

Ainda predominam representações associadas ao voluntariado essencialmente social mais tradicional e, por vezes, assistencialista, expressas em frases como “são pessoas disponíveis para os mais pobres”, “que ajudam os que precisam”, “que normalmente são reformados(as) ou domésticas”, “que ajudam quando podem”.

Nalgumas destas representações estão, por vezes, implícitos alguns juízos com conotações menos positivas, nomeadamente quanto a motivações mais assistencialistas, a estatutos sociais (e económicos) menos considerados (ou menos “activos”, do ponto de vista mercantil) e a características de trabalho menos exigentes e rigorosas.

Contudo, surgem cada vez mais representações de novo tipo, associadas a participação de novo tipo, cidadania e responsabilização – com expressões como “cidadãos assumidos”, “pessoas solidárias e responsáveis”, “participativas”, “de carácter nobre” - , que correspondem a uma outra leitura do papel e da natureza do voluntariado.

6. Notas e reflexões finais

As notas conclusivas que a seguir se apresentam têm de ser balizadas por dois vectores ou considerações fundamentais:

- por um lado, o estudo realizado foi marcado por vários condicionalismos e limitações (nomeadamente o reduzido prazo de realização e a época desfavorável, coincidindo em grande parte com o período natalício e o fecho/início do ano, em que teve de ocorrer), que impediram a sua plena eficácia, em particular por comparação com alguns estudos anteriores, eles próprios já dando conta de várias limitações¹.
- por outro lado, procurou-se a fundamentação científica das reflexões nele apresentadas, através da combinação de várias estratégias metodológicas quantitativas e qualitativas, incluindo contactos directos com painéis de referência (de organizações, de voluntários e de especialistas) e a adopção de métodos de regressão, de forma a validar as principais conclusões.

Ambos estes pontos se encontram melhor explicados e enquadrados na Nota metodológica (cf. ponto3).

Deve-se por isso relativizar e encarar com alguma cautela, não tanto a essência das conclusões, mas sobretudo a sua base quantitativa.

O primeiro aspecto a referir é que todas as indicações recolhidas (quantitativas e qualitativas, directas e indirectas) apontam para uma taxa de voluntariado na população portuguesa a rondar os 18% - 20%, ou seja, bastante mais elevada do que a que era até agora referida nos vários estudos, nacionais ou internacionais, publicados (cf., a este propósito, o ponto 4.1.).

Dos elementos recolhidos durante este estudo, essa taxa mais elevada resulta da conjugação de dois factores:

- a) uma alteração metodológica, no sentido de se ter considerado (o que não parece ter sido o caso em estudos anteriores), para efeitos daquele cálculo, toda e qualquer situação de acção voluntária, presente ou anterior, permanente (ou regular) ou episódica (ou ocasional), enquadrada ou não em organizações e qualquer que seja a área, dentro do conceito adoptado, o que poderá explicar, no máximo 1% - 2% daquela percentagem;

¹ Como é o caso do estudo coordenado por Ana Delicado, do ICS, e está expresso no seu ponto 3 (“Estratégia metodológica”), nomeadamente a pág. 28 a 31. Cf. Delicado (2002).

- b) um efectivo aumento da propensão para a acção voluntária na sociedade portuguesa, como se fundamentará a seguir, o que será a explicação essencial para a tendência que esta estimativa indica.

De facto, vários factores, confirmados por este estudo, apontam para um aumento real do voluntariado em Portugal nos últimos anos. Destacam-se, dos elementos recolhidos, oito principais razões, algumas cruzadas e interligadas.

Em primeiro lugar, há que destacar o aumento verificado, em geral, nos últimos anos (em particular em Portugal), na visibilização, na valorização social, política e científica e no enquadramento da acção voluntária, o que lhe conferiu outro estatuto, prestígio e dignidade, alargando os seus pilares e motivações, tradicionalmente mais associados à disponibilidade na reforma, aos tempos livres e às motivações maioritariamente religiosas e filantrópicas.

Dentro desta mesma lógica, a (re) emergência da Ética, ou melhor, de novas expressões e desafios éticos, por exemplo associados aos factores referidos adiante como terceira razão, também contribuíram para esta maior, mais ampla e diferenciadas formas de valorização da acção voluntária.

Genericamente, pode-se dizer que o voluntariado é muito mais valorizado e dignificado actualmente, por comparação com o passado, sobretudo anterior ao século XXI.

Em segundo lugar, é explícita e evidente a influência da visibilidade e das medidas políticas e dos eventos sociais que decorreram, em Portugal, do Ano Internacional – 2001, da criação do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV), da acção dos Bancos Locais de Voluntariado, criados e incentivados por aquele Conselho, e do Ano Europeu – 2011.

Este quadro de eventos e de institucionalização teve um efeito muito importante no reconhecimento político e social do trabalho voluntário, no seu enquadramento formal (legal), na criação de estímulos e de contextos mais favoráveis à sua prática e, conseqüentemente, na sua valorização em geral, contribuindo, também, desse modo, para a primeira razão referida.

Em particular, a acção continuada e persistente do CNPV foi reconhecida, por várias das organizações, responsáveis e estruturas auscultadas, como um dos factores mais importantes na dignificação e maior e maior atracção para o trabalho voluntário, pelo menos em relação a alguns dos seus segmentos mais ligados à acção social.

Em terceiro lugar, há que sublinhar a importância de o voluntariado ter, nos últimos cerca de 30 anos, ganho um enquadramento teórico-científico mais consistente, nomeadamente associado à discussão e afirmação (ou actualização) dos conceitos de Economia Solidária, Economia da Dádiva, Participação, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Integrado.

Emergem, deste modo, novos quadros teóricos para o sentido e o papel da acção voluntária no século XXI, que vão para além da sua integração no conceito tradicional de Economia Social e da sua análise relativamente periférica no âmbito da Sociologia.

Este maior destaque e alargamento científico contribuiu também sobremaneira para a sua valorização e atracção como opção cívica, social, política e ética. Neste último caso há uma ligação com a importância crescente das questões éticas associadas, nos últimos anos, aos temas da coesão social, da preservação ambiental e do diálogo intercultural (no âmbito, por exemplo, do conceito e das práticas e normas de Desenvolvimento Sustentável), como já tinha sido referido, preliminarmente, na primeira razão enunciada. À luz deste enquadramento teórico, o(a) voluntário(a) é visto(a), cada vez mais, como um actor económico e um agente de Desenvolvimento, que pode ter um papel importante na evolução das sociedades do século XXI.

De certa forma em relação com o factor anterior, pode-se referir, como quarta causa, a emergência, nos últimos anos, de novas áreas de voluntariado, associadas a novas lutas e movimentos sociais.

Os temas e os desafios decorrentes da ecologia e da defesa do ambiente, da valorização das culturas e dos patrimónios locais (ameaçados pela globalização), do apoio aos imigrantes e às minorias étnicas e conseqüente promoção do diálogo intercultural, da intervenção para o Desenvolvimento Local dos territórios e comunidades (rurais e urbanas) mais ameaçadas de desvitalização e marginalização, da cooperação com os países do Terceiro Mundo, da luta pela paz, da alterglobalização, da dignificação da Igualdade de Oportunidades, e em particular da Igualdade de Género, das práticas da Democracia Participativa são, entre outros, (novos) domínios importantes de cidadania e acção voluntária, traduzida em novas motivações de solidariedade, e em novas lógicas associativas, ou até de maneira informal.

Nascem assim novos campos de Solidariedade e de Acção Voluntária, que vão para além da Solidariedade Social, de base filantrópica e direccionada para pessoas em situação de pobreza e exclusão social, ou de privação e risco, ainda que transitória.

Exprimem-se, deste modo, novas lógicas de Solidariedade Ambiental, Cultural, de Desenvolvimento, de Paz, de Género, etc.

De certo modo, passa-se de uma Solidariedade meramente antropocêntrica para uma Solidariedade ecocêntrica, logo sistémica.

As expressões e efeitos desta mudança (em curso) nas motivações, natureza e consequências do Voluntariado são múltiplas e anunciam-se profundas, com tradução, por exemplo, no perfil etário, motivacional e de representações dos voluntários, que este estudo já detectou, ainda que de forma preliminar.

Estas novas áreas de afirmação da Acção Voluntária têm, por outro lado, reforçado o seu carácter de Cidadania Activa, ou seja, como processo de participação efectiva dos cidadãos na sociedade e na resposta aos seus problemas e desafios. Nesse sentido, ao traduzir a(co) responsabilização de muitos(as) cidadãos(ãs) perante as grandes questões das sociedades actuais, pode-se dizer que o Voluntariado tem-se tornado um dos pilares de uma Democracia Participativa, necessária para complementar a Democracia Representativa.

Pressupõe, como é evidente, e como se sublinhará mais à frente, um Voluntariado mais informado e mais crítico, mais associado aos conceitos referidos no terceiro ponto e menos assistencialista.

Uma outra razão (a quinta) do aumento da taxa de voluntariado, está relacionada com a maior sensibilização, constatável em Portugal, de muitas escolas e estabelecimentos de ensino superior a este tema.

São indicadores significativos a adesão de várias delas à comemoração dos anos dedicados ao Voluntariado, já referidos, a inclusão deste tema em vários programas escolares, a criação de Clubes de Voluntariado e a promoção de programas de acção voluntária, em diferentes domínios, quer junto das comunidades próximas, quer relativos a países do Terceiro Mundo (normalmente PALOP).

É também de realçar (é o sexto factor) a valorização que ocorreu, nos últimos anos, do conceito e das práticas de “segunda carreira”, para as pessoas que já reformaram da

chamada (incorrectamente) “vida activa”, que melhor se deveria designar por “vida activa mercantil”.

A passagem à reforma, ao permitir libertar a pessoa sénior dos constrangimentos mercantis (nomeadamente do mercado de trabalho), pode, de facto, viabilizar uma “segunda carreira activa”, tão ou mais significativa do que a “primeira”.

Uma parte deste (novo) impulso activo sénior pode traduzir-se em trabalho voluntário, mais valorizado do que anteriormente, associado a uma acção de utilidade social (mas também económica, ambiental, cultural, territorial e política), ou seja, mais relacionado com a produção de valor de uso do que de valor de troca.

Parece portanto emergir uma nova abordagem do voluntariado sénior, a par das crescentes e novas motivações para o voluntariado jovem, que se traduzem em valorizações acrescidas em ambos os casos.

Nos últimos anos, surgiu um outro factor (sétimo) a incentivar o trabalho voluntário por parte dos mais novos, que é o aumento drástico do desemprego jovem, sobretudo em Portugal.

A falta de trabalho e de oportunidades profissionais após a conclusão dos estudos, tem “empurrado” (é o termo adequado, muitas vezes) muitos jovens para o trabalho voluntário, como forma de ocupação e para se sentirem úteis, mas também como aprendizagem complementar (ligada à acção) e/ou (eventual) rampa de lançamento para o mercado de trabalho.

Embora nem sempre por “linhas direitas” e com motivações directas e positivas, o desemprego jovem tem também contribuído para reforçar a acção voluntária nos últimos anos, o que, sendo uma razão por motivos adversos e (em princípio) negativos para os jovens, não pode ser ignorada e deve ser considerada na reflexão, nas medidas e no apoio ao Voluntariado.

Finalmente, como oitavo factor, refira-se que a crise (multidimensional, nas suas origens e expressões, e não apenas económica e financeira) que tem assolado muitos países ultimamente, e em particular Portugal, tem dado um contributo muito considerável para o crescimento da Acção Voluntária, não só do lado da “procura”, pelo agravamento de situações de pobreza e exclusão social e de risco social, mais em geral, a solicitar apoio e respostas da sociedade civil (até pela diminuição e insuficiência das

respostas do Estado-Providência), mas também do lado da “oferta”, ao estimular a responsabilização dos cidadãos e das organizações da sociedade civil e ao “disponibilizar” pessoas que estão no desemprego ou na reforma (muitas antecipadas).

A crise pode, nalguns casos, revelar-se como desencandadora de processos de responsabilização e de cidadania individual e colectiva, e não apenas de desânimo, resignação e passividade. Esse foi, pelo menos, um dos pontos detectados em vários momentos e testemunhos deste estudo.

Em íntima conexão com estes factores e conseqüente aumento da taxa de voluntariado, este estudo permite estimar em cerca de 600 000 o número de voluntários(as) integrados(as) em associações e, portanto, situando-se em contextos e acções organizadas, cerca de 60% dos quais de forma regular.

Uma parte importante deste total refere-se aos novos domínios da acção voluntária (ambiente, cultura, Desenvolvimento local, cooperação para o desenvolvimento, etc.), mas continua a verificar-se um peso muito considerável (cerca de 2/3) dos domínios mais tradicionais da Solidariedade Social e da protecção cívica.

Comparando com estudos anteriores, verifica-se um aumento mais do que proporcional dos voluntários mais jovens (a idade média reduziu-se), embora, em geral, aumentaram todos os escalões etários, o que é compatível com os factores analisados anteriormente.

O voluntariado é mais jovem em domínios como o associativismo juvenil, os bombeiros, as colectividades de cultura e recreio, as ONGD e as ADL, o que corresponde às lógicas associadas às escolhas e motivações dos mais jovens e aos novos domínios antes referenciados.

Em contrapartida, o voluntariado sénior está mais presente nas misericórdias, na Cáritas e nas organizações de Solidariedade Social, domínios mais associados a esse tipo de acção voluntária.

Na distribuição por género, há algumas “especializações”:

- os homens, que são cerca de 55% do total dos voluntários em Portugal, predominam no voluntariado de direcção, enquanto as mulheres estão ,mais presentes no de execução (sobretudo ocasional);
- os homens são os que têm mais peso nos bombeiros (de longe), nas colectividades de cultura e recreio e nas misericórdias;

- as mulheres, por seu turno, ocupam a maioria do trabalho voluntário nas ONGD, nas associações juvenis, nas ADL, na Cáritas e nas organizações de Solidariedade Social (sobretudo como ocasionais).

Há contudo algumas mudanças que já se começam a detectar: segundo os dados recolhidos, aumentou consideravelmente, nos últimos anos, o número de mulheres em cargos de direcção, bem como em actividades mais tradicionalmente masculinas (como é o caso dos bombeiros).

No que se refere aos cargos de direcção, continua, no entanto, a verificar-se, maioritariamente, um problema que é o da pouca renovação dos dirigentes, bem como uma fraca disponibilidade para formação específica para o exercício dos seus cargos, a exigirem cada vez mais “saberes” e competências não implícitas.

A questão da formação é, aliás, um dos pontos essenciais da reflexão permitida por este estudo.

É verdade, por um lado, que tem havido, ao longo do tempo, um aumento da escolaridade dos voluntários: cerca de 2/3 têm o ensino secundário ou superior.

Esta evolução é, por um lado, o reflexo do aumento da escolarização, em geral, da população portuguesa nas últimas décadas.

Mas é também (mais) um indicador das alterações observadas, nos últimos anos, na acção voluntária, nomeadamente no que se refere à redução da idade média (aumento do peso do voluntariado jovem) e à emergência de novos domínios – os maiores índices de escolaridade situam-se no caso das ONGD, das ADL, das associações juvenis e das ONGA.

Por outro lado, há um número crescente de voluntários(as) que já frequentaram acções de formação explicitamente orientadas para o seu trabalho voluntário, muitas delas até como seu pré-requisito (como acontece com muitas ONGD).

Há pois uma consciência crescente, nas organizações e nos(as) voluntários (as), de uma maior exigência e rigor no seu trabalho e missão.

A própria lei do voluntariado teve um papel fundamental nesta evolução, ao enquadrar a necessidade de desenvolver acções de formação, pelo menos numa fase inicial ou mesmo preliminar, ou seja antes do envolvimento activo dos(as) voluntários(as).

Verifica-se portanto uma tendência para associar voluntariado a rigor, exigência e qualidade no cumprimento das suas funções (conotando-o com... um certo, dir-se-ia,

“profissionalismo”), contrariando a ideia tradicional e negativa de... “voluntarismo” (assente apenas na generosidade e na boa-vontade).

Contudo, apesar destes sinais positivos, apenas cerca de ¼ frequentou acções de formação adequadas (em duração e conteúdo), enquanto cerca de 1/3 frequentou apenas algumas acções mais avulsas e de curta duração e um pouco mais de 40% não frequentou nenhuma formação.

Há, portanto, ainda um longo caminho a percorrer.

Uma outra conclusão importante refere-se às motivações dos(as) voluntários(as).

Como em estudos anteriores, a principal conclusão a tirar é a da multiplicidade de motivações explícitas e implícitas.

Embora continuem a predominar razões explícitas relativas à solidariedade, filantropia, caridade e outras de cariz moral e religioso (“para fazer o bem”, “para ajudar os outros”, “para ajudar os irmãos em dificuldade”, etc.), constata-se o aparecimento, sobretudo nos mais jovens, de um número crescente de expressões associadas aos novos movimentos e lutas sociais (“para criar uma sociedade mais justa” e “mais equitativa”, “para salvaguardar o ambiente”, “para defender a nossa cultura”, “para uma cooperação mais justa com os outros povos”, “para defender a paz”, “para aproximar as culturas”, etc.).

Genericamente, pode-se dizer que a defesa do Bem Comum e dos princípios de Solidariedade está no cerne da questão do Voluntariado, embora por razões, enquadramentos morais, ideológicos ou doutrinários e com significados muito distintos. O que significa que a Acção Voluntária apresenta uma grande diversidade e complexidade (cada vez maior) de motivações, conteúdos e expressões.

Um sinal importante das mudanças que têm vindo a ocorrer refere-se também às representações que o trabalho voluntário provoca na sociedade em geral.

Embora o estudo não tenha podido avançar profundamente neste domínio, por não ter sido possível realizar um inquérito (ou uma sondagem) à população portuguesa em geral, as auscultações e recolhas em painel realizadas, permitem avançar com algumas hipóteses consistentes, mas que têm de ser confirmadas com estudos posteriormente.

Em geral, verifica-se uma mudança importante nas (diversas) representações que se foram construindo sobre o trabalho voluntário.

No passado, predominavam as representações associadas a “pessoas de bem”, “que ajudam os outros”, “disponíveis”, “solidárias”, mas também com algumas referências implícitas menos positivas, como “têm tempo porque não trabalham”, “ajudam quando podem”, “sem grandes obrigações de horários”, “fazem caridade com os pobres”.

Embora essas representações se mantenham, mais recentemente surgiram ideias e expressões mais diversificadas e elaboradas como fruto da cidadania”, “participativas na sociedade”, “co-responsáveis perante os problemas”, “um trabalho nobre”, “pessoas dignas de respeito e admiração”.

Há, portanto, um leque mais amplo de valorizações atribuídas aos(às) voluntários(as) que traduz, por um lado, o aumento, em geral, do seu prestígio e valorização e reconhecimento social e, por outro, a emergência de novos domínios e lutas que lhe são associadas.

Também neste caso, há um indicador de complexidade e diversidade na abordagem do tema.

Finalmente, refira-se que a conquista de um maior e melhor enquadramento legal do Voluntariado em Portugal, é um elemento crucial na sua evolução recente. Há, no entanto, ainda vários aspectos e reivindicações a consolidar ou a conquistar, como o reconhecimento e a acção dos Bancos Locais de Voluntariado, a realização de seguros para os(as) voluntários(as), o estatuto de dirigente voluntário, entre outros.

Uma questão, também com referência crescente, aqui não abordada, refere-se ao chamado “voluntariado empresarial”, cujo efectivo significado, natureza, conteúdos e implicações remetem mais para o conceito de Responsabilidade Social das Empresas, do que para o domínio aqui abordado (e que se situa mais nos campos da Economia Social e Solidária e da Economia da Dádiva, o que são conceitos diferentes).

Bibliografia

AMARO, Rogério Roque, (2002), “O Voluntariado nos projectos da luta contra a pobreza”, Edição Comissão para o Ano Internacional do Voluntariado, Lisboa.

ATAÍDE, Isabel Maria (1966) – “Trabalho social de voluntários”, Informação social, nº4

BAPTISTA, Myriam Veras (1970) – “Trabalhando com voluntários”, Debates sociais, nº 10

CALO, Juan Ramón (1990) – “Que es ser voluntário”, Madrid: Plataforma para la promoción del voluntariado

Câmara Municipal do Porto (2006), “Voluntariado na Cidade do Porto – Resultados do Inquérito às Instituições do Sector”, Edição da CMP, Porto.

Centre Européen du Volontariat (2008), “Volunteering in Portugal – Facts and Figures Report” (acedido em www.cev.be).

Coordinadora de organizaciones no gubernamentales para el desarrollo (1990) – “Voluntariado y cooperation al desarrollo”, Madrid: Plataforma para la promoción del voluntariado

DELICADO, A., ALMEIDA, A. N., FERRÃO, J. (2002). Caracterização do Voluntariado em Portugal. ICS-UL, Edição Comissão para o Ano Internacional do Voluntariado, Lisboa.

Estudo de Caracterização do Voluntariado no Concelho de Faro (2007).

GONZÁLEZ, Paloma Garcia (1994) – “Trabajo comunitário: Una historia acabada?”, Revista de Trabajo Social

INE (2006), “Conta Satélite das Instituições sem fim lucrativo” (acedido em www.ine.pt).

KENDALL, Jeremy & KNAPP, Martins (1995), “A loose and baggy monster – boundaries, definitions and typologies”, in SMITH, Justin Davies, ROCHESTER Colin e HEDLEY, Rodney (1995), “An introduction to the voluntary sector”, Londres, Routledge, pp. 66-95.

KORTEN, David C (1990) – “Getting to the 21st century: Voluntary action and the global agenda”, New York.

LEITÃO, Simão Cardoso; RAMOS, Gustavo e SILVA, Alexandre (2009), “Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto - Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal”, Edição Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, Lisboa.

NAVAJO, Gomez Pablo (1990) – “Capacitacion, acogida y orientacion de voluntariado”, Madrid: Plataforma para la promocion del Voluntariado.

Observatório do Emprego e Formação Profissional (2008), “Estudo sobre o Voluntariado”.

Observatório Social do Alentejo – Fundação Eugénio de Almeida (2004), “As Instituições Sociais do Distrito de Évora”, Ed. da Fundação Eugénio de Almeida, Évora.

OLIVEIRA, Teresa Isabel (1994) – “Intervenção social num contexto de exclusão...”, Forum Sociológico, nº5.

ROCA, Joaquín Garcia (1990) – “Voluntariado y servicios sociales de base”, Madrid: Plataforma para la promoción del voluntariado

ROCA, Joaquín Garcia (1994) – “Solidaridad y Voluntariado”, Santander, Sal Terrae.

ROCA, Joaquín Garcia (1998) – “Solidaridad y Voluntariado”, Madrid.

ROCA, Joaquín Garcia (2001) – “El voluntariado en la sociedad de bienestar”, Documentación Social, nº 122, Janeiro-Março, pp.15-39.

ROßTEUTSCHER, Sigríd (2000) – “Democracia Associativa. As instituições voluntárias como campo de treino para a democracia?”, in Viegas, José Manuel Leite; Dias Eduardo Costa (orgs.), Cidadania, Integração, Globalização, Oeiras: Celta.

SANTOS, Figueiredo J. (1996) – “Desconstruir a solidariedade, transformar a assistência”, Informação Social, nº 13/14.

Santos, V., Gonçalves, P., PAIXÃO, A. (2010), “A igualdade de género na Cáritas: Promover o conhecimento da situação comparada entre mulheres e homens nas relações de género na vida da Cáritas em Portugal”, Edição Cáritas Portuguesa, Lisboa.

SMITH, Justin Davis; ROCHESTER, Colin; HEDLEY, Rodney (eds.) (1995) – “An introduction to the voluntary sector”, London: Routledge.

VIEGAS, José Manuel Leite (coord.); FARIA, Sérgio; AMARAL, Patrícia; MOURA, Ana Mocuixe (2001), “Cidadania e Participação Política e Social - Atitudes, Comportamentos e Mudanças Institucionais”, CIES-IUL, Lisboa.